

53

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Déficit Habitacional
no Espírito Santo
com base no CadÚnico**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**TEXTO PARA
DISCUSSÃO** | **53**

Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico

Instituto Jones dos Santos Neves

TD – 53

Coordenação Geral

Andrezza Rosalém Vieira

Diretora Presidente

Pablo Medeiros Jabor

Diretor de Estudos e Pesquisas

Elaboração

Latassa Laranja Monteiro

Coordenação de Estudos Territoriais – CET

Sandra Mara Pereira

Coordenação de Estudos Sociais – CES

Cleverlânio Silva Gomes

Coordenação de Estudos Sociais – CES

Revisão

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Marlon Neves Bertolani

Editoração

Lastênio João Scopel (capa e diagramação)

Eugênio Herkenhoff (gráficos)

Assessoria de Relacionamento Institucional

Bibliotecária

Andrezza Ferreira Tovar

Assessoria de Relacionamento Institucional

Instituto Jones dos Santos Neves
Déficit habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico.
Vitória, ES, 2015.

52p., il. tab. (Texto para discussão, 53)
ISBN: 978-85-8370-022-7

1.Déficit Habitacional. 2.CadÚnico. 3.Espírito Santo (Estado).
I.Monteiro, Latassa Laranja. II.Pereira, Sandra Mara.
III.Gomes, Cleverlânio Silva. II.Título. III.Série.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	05
2. METODOLOGIA	08
2.1 Aspectos conceituais do déficit habitacional	08
2.2 Sobre a base de dados do CadÚnico: características, potencialidades e limites	11
2.3 A trajetória do cálculo do déficit habitacional a partir do CadÚnico no IJSN	14
3. RESULTADOS	19
3.1. Déficit habitacional no Espírito Santo	19
3.1.1. Déficit habitacional por microrregiões	23
3.1.2. Déficit habitacional por municípios	32
3.2. Perfil das pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de déficit habitacional no Espírito Santo	35
4. CONCLUSÕES FINAIS E INDICATIVOS DE PESQUISA FUTURA	42
ANEXOS	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Déficit habitacional 2010, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória e Vitória, por situação do domicílio, números absolutos e relativos	06
Tabela 2 – Déficit habitacional 2011-2012, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, números absolutos e relativos	07
Tabela 3 – Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, segundo os componentes do déficit, números absolutos e percentuais	21
Tabela 4 – Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por componentes do déficit em sobreposição	23
Tabela 5 – Famílias em situação de déficit habitacional no CadÚnico, por Microrregião do Espírito Santo e por componente do déficit	25
Tabela 6 – Maiores e menores déficits habitacionais segundo o CadÚnico e população, por município	32
Tabela 7 – Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, com deficiência e responsáveis por domicílio	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da metodologia de cálculo do déficit habitacional na PNAD segundo a FJP	15
Quadro 2 – Resumo da aplicação da metodologia de cálculo do déficit habitacional (FJP) ao banco do CadÚnico	17

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional na PNAD segundo a FJP	16
Figura 2 – Metodologia do déficit habitacional aplicada ao CadÚnico	20

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Famílias em déficit habitacional segundo o CadÚnico por Microrregiões	24
Mapa 2 – Famílias em déficit habitacional, por habitação precária, segundo o CadÚnico por Microrregiões	28
Mapa 3 – Famílias em déficit habitacional, por coabitação familiar, segundo o CadÚnico por Microrregiões	29
Mapa 4 – Famílias em déficit habitacional, por ônus excessivo com aluguel, segundo o CadÚnico por Microrregiões	30
Mapa 5 – Famílias em déficit habitacional, por adensamento excessivo, segundo o CadÚnico por Microrregiões	31
Mapa 6 – Famílias em déficit habitacional, segundo o CadÚnico por municípios	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de famílias do CadÚnico no Espírito Santo, por situação de consistência do registro referente ao déficit habitacional	19
Gráfico 2 – Famílias do CadÚnico no Espírito Santo, por situação de déficit habitacional	19
Gráfico 3 – Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por componente do déficit	21
Gráfico 4 – Déficit habitacional segundo CadÚnico no Espírito Santo por microrregião	23
Gráfico 5 – Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Centro Oeste	26
Gráfico 6 – Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Caparaó	26
Gráfico 7 – Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Metropolitana	26
Gráfico 8 – Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – no Espírito Santo	26
Gráfico 9 – Pessoas inscritas no cadÚnico, em situação de déficit habitacional, por sexo, Espírito Santo	35
Gráfico 10 – Déficit habitacional por responsável por domicílio e sexo, Espírito Santo	35
Gráfico 11 – Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por raça ou cor, Espírito Santo	36
Gráfico 12 – Distribuição de pessoas por raça ou cor na população em geral do Espírito Santo, Pnad 2012	36
Gráfico 13 – Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por grupo etário, Espírito Santo	37
Gráfico 14 – Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por categorias geracionais, Espírito Santo	37
Gráfico 15 – População, por categorias geracionais, Espírito Santo, Pnad 2012	38
Gráfico 16 – Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, por escolaridade	39
Gráfico 17 – Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, segundo situação de ocupação (%)	40
Gráfico 18 – Responsável pelo domicílio em situação de déficit habitacional no CadÚnico, segundo situação de ocupação (%)	40
Gráfico 19 – Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico segundo tipo de ocupação (%).....	41
Gráfico 20 – Responsável pelo domicílio em situação de déficit habitacional no CadÚnico, segundo tipo de ocupação (%)	41

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar um diagnóstico do Déficit Habitacional entre as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)¹ no estado do Espírito Santo. Compreender e mensurar o déficit habitacional no contexto estadual é contribuir para a compreensão da desigualdade social e da pobreza em nosso estado, tarefa de importância inquestionável, tanto para as esferas governamentais quanto para a sociedade civil.

A desigualdade social possui várias dimensões, dentre elas as condições habitacionais. O direito à moradia digna é parte integrante dos Direitos Humanos², visto que diz respeito à dignidade humana e como tal impacta também sobre a possibilidade do próprio exercício da cidadania. A melhoria na qualidade de vida está diretamente relacionada à melhoria das condições habitacionais.

Existem diversas metodologias para a análise dos problemas habitacionais. Estas metodologias variam de país para país e até mesmo internamente ao Brasil podemos observar referências diferenciadas³. No Brasil, no entanto, a principal referência para a análise habitacional tem sido a Fundação João Pinheiro (FJP), que desde a década de 1990 do século XX⁴ tem realizado o cálculo do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios com base nos dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) ou do Censo Demográfico⁵ realizados pelo IBGE, possibilitando a comparação a nível nacional.

O conceito de déficit habitacional utilizado pela FJP está diretamente ligado às deficiências no estoque de moradia (construções precárias) e à necessidade de incremento deste estoque (coabitação

¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), foi criado em 2001 pelo governo Federal com o objetivo de cadastrar e manter atualizadas informações das famílias brasileiras com renda per capita inferior a meio salário mínimo ou renda familiar total até 3 salários mínimos, identificando assim os potenciais beneficiários dos Programas sociais. Sua abrangência é quase censitária na cobertura da população mais pobre do país (BARROS, 2008, p. 3).

² O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)”.

³ Conforme ALVES e CAVENAGHI (2006) estas metodologias não são comparáveis entre si tanto porque a forma de coleta dos dados e a definição das variáveis são diferentes entre os países quanto porque elas foram construídas com propósitos diversos. Para ilustrar as diferenças conceituais e metodológicas os autores citam que o Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), da Argentina, tem calculado as “Necessidades Básicas Insatisfeitas” (NBI) combinando variáveis do domicílio, condições sanitárias, educação e renda dos moradores; já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem calculado a “Adequação das Moradias” utilizando as variáveis abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo e densidade de moradores. Estes dois conceitos citados, embora possam apresentar alguns elementos comuns, diferem do conceito de déficit habitacional adotado pela Fundação João Pinheiro, conforme veremos a seguir.

⁴ Vale lembrar que a metodologia para o cálculo do Déficit habitacional desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (2014) “vem sofrendo alterações ao longo do tempo com o intuito de incorporar críticas e sugestões pertinentes, sempre levando em conta tanto sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos”.

⁵ Em 2013, a Fundação João Pinheiro publicou de modo inovador estimativas do déficit habitacional e da inadequação de domicílios para todos os municípios brasileiros com base nos dados do Censo 2010. Destaque-se que o estudo referente aos dados do Censo 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes na área urbana. Para os demais municípios, os resultados foram apresentados de forma agregada. Os estudos referentes aos dados das PNAD não permitem qualquer estimativa em nível municipal.

forçada, alta densidade, ônus excessivo com aluguel). Discutiremos mais detalhadamente este conceito adiante.

As condições de moradia da população brasileira, assim como a do estado do Espírito Santo, devem ser tratadas por políticas públicas e programas que objetivem o enfrentamento das dificuldades e assegurem a dignidade da moradia. Segundo a FJP, o Censo demográfico 2010 apontou para o Brasil um déficit habitacional de 6.940.691 unidades, o que corresponde a 12,1% dos domicílios do país, sendo que a região Sudeste concentra 38% deste déficit. No Espírito Santo este déficit foi estimado em 106.447 unidades, o que correspondeu a 9,6% dos domicílios do estado.

A Tabela 1 apresenta a configuração do déficit habitacional, em números relativos e absolutos, para o Brasil, a região Sudeste, o Espírito Santo, a Região Metropolitana da Grande Vitória e a capital Vitória, conforme os dados apurados pela FJP a partir do Censo 2010. Em todas as regiões destacadas o déficit habitacional é superior no espaço urbano. Embora o Sudeste, o Espírito Santo, assim como a Região Metropolitana da Grande Vitória e a capital Vitória apresentem números relativos inferiores ao do Brasil, todos os índices observados revelam a existência de um déficit ainda elevado.

Tabela 1 - Déficit habitacional 2010, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória e Vitória, por situação do domicílio, números absolutos e relativos.

Região	Absoluto			Relativo (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	6.940.691	5.885.528	1.055.163	12,1	11,9	13,0
Sudeste	2.674.428	2.576.502	97.925	10,6	10,9	5,9
Espírito Santo	106.447	97.696	8.751	9,6	10,5	5,1
RM Grande Vitória	57.810	57.377	434	10,8	10,9	5,5
Vitória (Capital)	10.556	10.556	-	9,7	9,7	-

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.
Elaboração: IJSN

Cálculos mais recentes realizados pela FJP a partir da Pnad informam um percentual menor para o déficit, conforme divulgado na “Nota técnica 1 - Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012 – Resultados preliminares”. Cabe informar, no entanto, que a FJP introduziu uma mudança em relação ao cálculo do déficit habitacional relativo passando a considerar no seu denominador a soma dos domicílios particulares permanentes e dos domicílios improvisados. Antes só eram considerados os domicílios particulares permanentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014, P. 7). Conforme pode ser observado na Tabela 2, em 2011 o déficit habitacional no Brasil foi estimado em 9,5% e em 8,0% e 7,6% no Sudeste e no Espírito Santo, respectivamente. Em 2012, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo observa-se uma queda nos números estimados para o déficit habitacional que passam a 9,1% e 6,6%, respectivamente. No sudeste houve um acréscimo sendo o índice estimado em 8,5%.

Tabela 2 - Déficit habitacional 2011-2012, Brasil, Sudeste, Espírito Santo, números absolutos e relativos.

Região	2011		2012	
	Nº Absolutos	Percentual	Nº Absolutos	Percentual
Brasil	5.889.357	9,5	5.792.508	9,1
Sudeste	2.184.611	8,0	2.356.075	8,5
Espírito Santo	90.533	7,6	80.856	6,6

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.
Elaboração: IJSN

A despeito dessa mudança metodológica referida acima, observa-se uma tendência de queda no déficit habitacional que pode ser atribuída à redução nos componentes domicílios precários e coabitação familiar, conforme o estudo realizado da FJP, que refaz o cálculo do déficit habitacional para os anos anteriores da Pnad desde 2007 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014, p. 18).

A tendência de queda observada, no entanto, não diminui a tarefa política colocada de enfrentamento ao déficit habitacional. No Espírito Santo, a FJP estimou em 2012 um déficit de 80.856 domicílios.

Outro aspecto importante refere-se à correlação entre déficit habitacional e renda. Segundo estudo da FJP com base no Censo Demográfico estima-se que em 2010 66,6% do déficit habitacional do Brasil estava concentrado entre as famílias com renda domiciliar de zero até 3 salários mínimos (SM), ou seja, nas famílias de baixa renda⁶. Este é um dos fatores que justificam a análise a partir do Cadastro Único, uma vez que este cadastro destina-se às famílias de baixa renda (que tenham renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 03 salários mínimos) e assume potencialmente um caráter quase censitário entre a população mais pobre, público alvo prioritário das políticas sociais, o que permite um grau de focalização maior dessas políticas (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2008, p. 4).

[...] Embora o CadÚnico ainda não tenha um caráter censitário efetivo, uma vez que se realiza a partir da procura espontânea dos indivíduos aos equipamentos sociais dos territórios, trata-se de um instrumento de cadastro com ampla cobertura” (BERTOLANI, PEREIRA, 2010, p. 31).

Importa observar a natureza cadastral das informações e a variedade das mesmas. As informações do Cadastro Único permitem identificar cada família inscrita, seja para realizar alguma checagem in loco, seja para direcionar a posteriores ações e recursos advindos de políticas sociais desenvolvidas pelo poder público. Além disso, a base de dados do Cadastro Único deriva de um registro administrativo municipal, o que o aproxima dos gestores públicos locais, caráter importante numa perspectiva de focalização das ações.

Ademais, a realização de um diagnóstico sobre o déficit habitacional com base no CadÚnico apresenta algumas vantagens em relação ao uso do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por amostra

⁶Segundo a Pnad 2013, o número de famílias que viviam com renda familiar abaixo de 3 SM no Brasil e no Espírito Santo em 2013 era 37.557.102 e 770.105, respectivamente.

de Domicílios (Pnad), ambos realizados pelo IBGE. Enquanto o Censo demográfico ocorre somente de 10 em 10 anos, o preenchimento do CadÚnico é contínuo. Por outro lado, a Pnad, devido as características da amostra realizada, não nos permite conhecer os dados a nível de municípios, sendo seu uso válido apenas para uma estimativa relativa ao Estado, sem possibilidades de desagregação por municípios. Assim, a análise a partir do Cadastro Único se justifica também por apresentar uma pequena defasagem temporal entre a coleta de dados e a elaboração do diagnóstico.

Desse modo, a análise do déficit habitacional a partir do CadÚnico, visa construir um diagnóstico focado na população de baixa renda, o que pode contribuir sobremaneira para a formulação de políticas voltadas à resolução dos problemas habitacionais, tendo como prioridade as camadas da população que mais necessitam da intervenção do Estado, a partir do princípio da equidade.

Assume-se aqui o pressuposto de que a construção da igualdade de acesso e de direitos requer intervenções do Estado e da Sociedade que se pautem pelo princípio da equidade, ou seja, pela discriminação positiva de indivíduos ou segmentos sociais em situações de maior vulnerabilidade. O CadÚnico permite o uso estratégico de informações sociais, com vistas a subsidiar o planejamento, a elaboração e a implementação de ações focalizadas que privilegiem grupos sociais específicos. (BERTOLANI e PEREIRA, 2010, p. 30).

2. METODOLOGIA

2.1 Aspectos conceituais do déficit habitacional

A importância de se calcular o déficit habitacional reside na necessidade de conhecimento da realidade para a mitigação, por meio de políticas públicas, de problemas relacionados à habitação, direito social reconhecido pela Constituição Federal⁷ e direito da humanidade segundo a Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948).

Nesse quadro torna-se muito relevante a definição metodológica precisa, dadas as diferenças a que uma determinada conceituação pode levar e o impacto disto na definição das ações públicas, no estabelecimento de metas e na avaliação das prioridades visando seu enfrentamento. Em outras palavras, superestimar o déficit pode levar a dificuldades de defesa de recursos públicos e subestimá-lo resultaria em não designar os recursos suficientes à atuação pública. Uma visão parca de seus diferentes componentes pode, ainda, resultar em baixa eficácia das medidas que visem seu equacionamento.

Segundo Cardoso (1999) a noção de déficit habitacional surge na sequência das ações demolitórias para embelezamento urbano de caráter higienista de meados do século XIX, das quais são emblemáticas as intervenções de Haussmann em Paris e de Pereira Passos, já no início do século XX, no Rio de Janeiro, quando os primeiros regulamentos edilícios buscam estabelecer os padrões aceitáveis de moradia higiênica, ou seja, capazes de manter a saúde de seus habitantes e diminuir a propagação de doenças infecciosas nas cidades.

Nesse momento, a noção de déficit se apresentava como a quantificação das moradias insalubres visando sua substituição e o atendimento à nova demanda das camadas sociais que não teriam capa-

⁷Artigo 6º, modificado pela Emenda Constitucional nº26 de 2000.

cidade financeira de atingir a produção do mercado, restrito e muitas vezes ofertando produtos de baixa qualidade. Era, portanto, inerente o caráter de necessidade de intervenção social em provisão de moradia, que acompanha o conceito fortemente até os dias atuais:

Todavia, mesmo a ação regulatória mostrou-se insuficiente e passou-se a discutir e implementar políticas de provisão da moradia para setores da população que não conseguiam, se deixados por sua própria conta, acesso ao mercado formal. (CARDOSO, 1999, p.8)

De caráter conjuntural, a estimativa do déficit habitacional é influenciada por fatores que definem a necessidade de atendimento segundo os padrões de cada tempo, do aceitável ou almejado em termos mínimos. Exemplos desses fatores são as mudanças tecnológicas da construção civil e as modificações "nas aspirações" da população, certamente influenciadas pelas novas alternativas para as políticas de moradia desenvolvidas pelo poder público (CARDOSO, 1999).

A estimativa do déficit habitacional é, portanto, resultado de uma construção conceitual das necessidades de moradia de uma sociedade em determinado tempo, que por sua vez, depende da disponibilidade de dados para que seja transformada em cálculo. Do encontro entre conceituação e formato de dados, surgem os recortes metodológicos que dão suporte às estimativas. Diferentes conceituações e/ou diferentes formatos de dados, levam a resultados diversos.

Disso decorre a dificuldade de comparação do déficit habitacional entre diferentes países, já que diferenças entre as formas de obtenção dos dados, objetivos finais, conceitos e nomenclaturas limitam comparações (ALVES, 2006). Por exemplo, caso não sejam considerados os diversos entendimentos acerca de famílias e de domicílios, interpretações comparativas diretas serão equivocadas.

"Apesar das diversas ponderações sobre qual definição de família e domicílio é mais conveniente ser usada, a avaliação das condições habitacionais segue caminhos diferentes nos diversos países e o debate continua aberto." (ALVES, 2006, p. 12)

A depender da intenção das políticas, novas necessidades de informação e análises podem surgir ou ganhar relevância, como por exemplo aquelas que lidam com o percentual dos domicílios não-ocupados, correlacionando o incentivo de sua utilização à redução das necessidades habitacionais da população.

Além disso, autores apontam que alguns cálculos têm forte viés ideológico, por servirem a setores específicos da sociedade, fazendo com que os critérios de escolha de variáveis sofram reduções e modificações que devem ser consideradas quando da análise de seus resultados (AZEVEDO, 2007).

Não obstante as diferenças e dificuldades de uniformização, a comparação das condições de moradia e de outros indicadores entre diversos países tem sido cada vez mais necessária para programas e ações de organismos internacionais com foco na sustentabilidade do desenvolvimento, como por exemplo o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-HABITAT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e está presente tanto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dentro da Sustentabilidade Ambiental⁹, quanto da Agenda Habitat da

⁹ Os ODM foram estabelecidos pela ONU em 2000 para se combater a extrema pobreza e outros males da sociedade, até 2015. São oito objetivos: 1. Redução da pobreza; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; 4. Reduzir a Mortalidade na Infância; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7. Garantir Sustentabilidade Ambiental e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

ONU, que estabelece indicadores para se monitorar a evolução das metas definidas para os assentamentos humanos, subdivididas em cinco capítulos, dos quais o primeiro é relativo à Residência e se ocupa de (1) Promover o direito à residência adequada; (2) Garantir a segurança da ocupação; (3) Garantir a igualdade no acesso ao crédito; (4) Garantir a igualdade no acesso ao terreno e (5) Promover o acesso a serviços básicos (FERREIRA, 2012).

Segundo o informe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, em virtude da acentuada urbanização da população, a questão da moradia em seus múltiplos aspectos merece atenção da sociedade.

Sem uma mudança de tendência profunda, a escassez de moradia seguirá sendo um dos maiores desafios na América Latina e Caribe nos próximos anos. (ONU-HABITAT, 2012, p.63)

Para Ribeiro, Cardoso e Lago (2003), quanto maior o entendimento sobre as diversas características do que os autores denominam “vulnerabilidades habitacionais”, maior a capacidade de se compreender que tipo de intervenção é necessária para, não sendo possível saná-las, ao menos combatê-las.

A atenção ao déficit, seja ele entendido como o quantitativo ou o qualitativo, deve explicitar em sua instrução técnica, ou memória de cálculo, os critérios teóricos utilizados para correlacionar as variáveis disponíveis para a composição dos componentes das Necessidades Habitacionais, possibilitando replicar-se a metodologia sobre outras bases de dados e conferir transparência às estimativas apresentadas (RIBEIRO, CARDOSO e LAGO, 2003).

Nesse sentido, a próxima seção apresenta a construção conceitual concebida para apresentar o cálculo do Déficit Habitacional nos municípios e no estado do Espírito Santo, a partir do banco de dados do CadÚnico, referente a março de 2014.

Como justificado na Introdução, ao utilizar como referência a metodologia da FJP para o cálculo das Necessidades Habitacionais, este Texto para Discussão pretende partir da conceituação mais amplamente discutida no Brasil, que embora não seja a única ou unânime¹⁰, certamente atingiu um grau de utilização e transparência que permitiu, inclusive, seu aperfeiçoamento ao longo das quase duas décadas de sua utilização.

¹⁰ Cardoso (2001) discute a diferenciação, inicialmente utilizada pela FJP, de critérios utilizados como aceitáveis para diferentes faixas de rendimento, Barbo e Shimbo (2006), buscando refletir sobre o padrão mínimo da moradia digna, apresentam uma comparação entre a metodologia da Fundação João Pinheiro (2004) e da Fundação Seade (2001). Já Alves e Cavenaghi (2005, 2006) relacionam as dificuldades em relação à componente coabitação, dadas as formas de captação dos arranjos domiciliares no Brasil.

Cabe destacar que o Instituto Jones dos Santos Neves estimou em 2009, o Diagnóstico do Déficit Habitacional para os Municípios do Estado do Espírito Santo, publicado em Texto para Discussão nº 03 e mais tarde, em função dos trabalhos no âmbito do Observatório das Metrôpoles, atualizou seu cálculo com base nos dados de julho de 2011 (não publicado).

Embora herdeiro dos esforços de pesquisa, o trabalho ora apresentado amplia a discussão conceitual e se utiliza das variáveis do novo formulário do CadÚnico para Programas Sociais, mais amplo que o anterior. Infelizmente, em função dessas diferenças, não é possível comparar seus resultados.

2.2 Sobre a base de dados do CadÚnico: características, potencialidades e limites

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também conhecido como CadÚnico, foi criado em 2001 pelo Decreto nº 3.877, de 24 de maio de julho de 2001, e alterado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Seu objetivo principal é cadastrar e manter atualizadas informações das famílias brasileiras de baixa renda, com vistas à seleção de beneficiários de programas sociais voltados ao atendimento deste segmento da população, como por exemplo o Bolsa Família.

A inserção no CadÚnico é um pré-requisito obrigatório para se ter acesso aos programas sociais do Governo Federal, com exceção dos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Dentre os critérios para cadastramento e manutenção de famílias no Sistema CadÚnico está a renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários mínimos e a necessidade de atualização dos dados a cada dois anos. Conforme o decreto nº 6135 em seu art.7º:

As informações constantes do CadÚnico terão validade de dois anos, contados a partir da data da última atualização, sendo necessária, após este período, a sua atualização ou revalidação, na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007).

A gestão do Cadastro Único envolve esforços e responsabilidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sendo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) o agente operador e responsável pelo desenvolvimento do Sistema de CadÚnico. As atribuições da CAIXA como agente operador do Cadastro Único são planejadas, desenvolvidas e executadas sob a supervisão e orientação do MDS.

“A gestão do cadastramento e dos programas passa para a alçada do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Ação Social, de forma a permitir uma atuação descentralizada. As equipes locais são treinadas e apoiadas pelos demais níveis de governo, encarregando-se da localização e cadastramento dos potenciais beneficiários. Já, as atividades de consistência e processamento dos cadastros, bem como a emissão de cartões de benefícios ficaram sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, e a definição da clientela a ser atendida, a partir da combinação de diferentes indicadores, cabe ao MDS. Ressalta-se que a cada município corresponde uma quota de beneficiários, definida em função do número de pobres identificados pelo Censo Demográfico do IBGE do ano 2000, e que, ao longo do tempo, essa quota permanece como referência para o número de beneficiários a ser atendido.” (DIAS, Maria Luiza M. S. Marques, 2009, pág. 3-4).

Na base de dados do CadÚnico de junho de 2014, segundo o MDS, havia 28.227.088 famílias registradas, das quais 24.794.350 (87,8%) estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo¹¹. Segundo estimativas da Pnad, em 2012, no Brasil, 13.862.874 famílias estavam nessa faixa de renda domiciliar per capita, ou seja 21,0% das famílias brasileiras. No Espírito Santo este percentual cai para 16,2% do total das famílias (em números absolutos, 197.490 famílias, num universo estimado em 1.221.021 famílias).

Embora a Pnad nos traga estimativas referentes a 2012 e os dados do CadÚnico tomados como referência sejam de março de 2014, podemos supor, a partir da comparação entre os números apresentados acima, que a margem de cobertura das famílias de baixa renda é bem ampla dentro do CadÚnico, assumindo um caráter quase censitário das famílias de baixa renda, como foi sinalizado anteriormente¹².

Nesse sentido o CadÚnico é um importante instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, e por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e as principais características da parcela mais pobre da população.

A descrição do CadÚnico feita até aqui, aliada às potencialidades já assinaladas na introdução deste trabalho justificam em grande parte a opção feita de tentar quantificar o déficit habitacional a partir do CadÚnico. Trata-se de um instrumento importante de conhecimento da realidade brasileira, que nos permite acessar as características de cada município, nos fornecendo um mapa representativo da parcela mais pobre e vulnerável da população.

A despeito dos méritos e potencialidades associados ao uso do CadÚnico para a realização de pesquisas de uma forma geral, assim como para o planejamento e a implementação de políticas públicas, cabe-nos ressaltar algumas limitações observadas.

Embora o preenchimento do CadÚnico seja obrigatório para a inserção das famílias nos programas sociais do governo federal, estamos falando de um cadastro cuja efetivação depende do acesso a informação por parte dos indivíduos/famílias. Portanto, embora tenhamos salientado a natureza quase censitária do CadÚnico, sabemos que em tese existe a possibilidade efetiva de que uma parcela das famílias pobres ainda não faça parte do referido cadastro, seja pela ausência de documentação civil, migrações constantes, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes ou mesmo desconhecimento de seus direitos – fatores diversos que podem dificultar o acesso dessas famílias aos programas sociais. Vale constatar, no entanto, a percepção de um esforço constante de ampliação da cobertura do CadÚnico, assim como a exigência legal de atualização cadastral mencionada anteriormente, que consta no extrato emitido pela Caixa Econômica Federal, nos casos

¹¹ Segundo dados da Coordenação de Estudos Sociais/IJSN, no Espírito Santo o total de famílias Cadastradas no CadÚnico, com renda per capita de até ½ salários mínimos era de 402.830.

¹² Vale destacar que a Pnad traz estimativas que certamente tendem a diferir de um levantamento de natureza cadastral como o CadÚnico. Por outro lado, dada a expectativa de acesso a programas e benefícios sociais por parte das famílias inseridas no CadÚnico, cuja limitação da renda é um dos critérios de seleção, podemos também supor certa tendência de subestimação de renda, já que esta é autodeclarada.

do Bolsa Família. A estratégia da busca ativa¹³, por exemplo, tem procurado levar o Estado às pessoas mais pobres, alcançando aqueles que vivem fora da rede de proteção social.

Quanto à qualidade dos dados cadastrais, um aspecto a ser mencionado é o caráter de auto declaração das informações constantes no CadÚnico, que podem eventualmente gerar distorções nos resultados. Este é um risco inerente a este tipo de cadastro, que tende a ser minimizado face a perspectiva de monitoramento e checagem por parte dos técnicos da assistência social dos municípios e gestores do sistema CadÚnico, mediante o cruzamento com outros sistemas como, por exemplo, o da Receita Federal.

Adicionalmente, a própria extensão e o detalhamento do formulário do CadÚnico a ser preenchido pelas famílias, remete à necessidade de uma equipe qualificada de cadastradores para evitar omissões ou distorções. A análise dos microdados do banco de dados nos indica a ocorrência de ausência de respostas para algumas variáveis, assim como a inconsistência de algumas respostas. Segundo a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEADH) do estado do Espírito Santo, a prática de formações específicas direcionadas aos cadastradores é um pré-requisito básico para a função, o que favorece à qualificação dos registros. Mas a própria SEADH admite que existe uma diversidade enorme no perfil dos cadastradores que atuam no âmbito municipal assim como uma rotatividade significativa dos mesmos e, embora não exista uma estatística específica sobre esta rotatividade, a capacitação massiva é a estratégia adotada para minorar os efeitos dessa rotatividade¹⁴.

No que tange especificamente à realização do cálculo do déficit habitacional, identificou-se uma dificuldade importante que é a realização do cadastro por família, sem o registro específico da identificação do domicílio. Ou seja, cada formulário preenchido, refere-se a uma única família que pode ser identificada por um número específico, o código da família. Nos casos em que mais de uma família reside em um mesmo domicílio são preenchidos o número de formulários correspondente ao número de famílias conviventes, sem um vínculo cadastral com o domicílio em si. Este formato de registro impede a contagem efetiva do número de famílias conviventes secundárias por domicílio, já que este não recebe um código identificador, dado que seria importante para o cálculo do déficit habitacional.

Mesmo considerando as limitações do CadÚnico sumarizados acima, acreditamos que suas potencialidades se sobressaem, indicando a pertinência do uso de suas informações para o planejamento e implementação de políticas públicas. É neste contexto que se insere este estudo sobre o déficit habitacional a partir do CadÚnico, como um esforço que procura convergir para a identificação e o atendimento prioritário das famílias de baixa renda.

¹³ O termo Busca Ativa no âmbito da assistência social, remete à uma procura intencional com objetivo de identificar situações de vulnerabilidades e risco social. Refere-se às ações das Prefeituras, incentivadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), voltadas à identificação e inclusão de famílias pobres e/ou extremamente pobres com perfil do CadÚnico, mas que ainda não fazem parte do mesmo. São exemplos de ações de Busca Ativa: contatos com atores sociais locais (líderes comunitários, associações de bairro etc); obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais; campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes e utilização de carros de som, entre outras (ver: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/busca-ativa-e-ferramenta-fundamental-para-assistencia-social>).

¹⁴ Segundo a SEADH, em 2014 foram capacitados 1018 envolvidos com o cadastro único, dentre 484 entrevistadores (em 67 municípios), 34 instrutores (em 21 municípios), 144 gestores do CadÚnico e Programa Bolsa Família (em 23 municípios), 59 Instrutores de gestão do CadÚnico e PBF (em 38 municípios) e 297 pessoas capacitadas no Sistema de Gestão do CadÚnico e PBF em 68 municípios capixabas.

2.3 A trajetória do cálculo do déficit habitacional a partir do CadÚnico no IJSN

No IJSN, a abordagem inicial da construção metodológica do Déficit Habitacional a partir do acesso direto e do manuseio de dados sociais relativos aos municípios do Espírito Santo originados do CadÚnico resultou na publicação do Texto para Discussão denominado "Déficit Habitacional nos municípios do estado do Espírito Santo 2009".

Assim como este estudo presente, o anterior partia da correlação entre os dados disponíveis e a metodologia mais usual no Brasil, desenvolvida pela Fundação João Pinheiro - FJP, com o objetivo principal de averiguar o Déficit Habitacional para os municípios do Espírito Santo em uma periodicidade menor que a censitária, com vistas a subsidiar a Política Habitacional do Governo Estadual, em especial o Programa Nossa Casa¹⁵.

O estudo já evidenciava a riqueza do banco de dados e sua importância como meio de identificação da população alvo das políticas públicas voltadas à diminuição da vulnerabilidade social, embora não fosse possível a plena adaptação do banco de dados então existente à metodologia, o cálculo procurava evidenciar as restrições de aplicação da metodologia para o cálculo de alguns dos componentes do déficit e ponderar criticamente os resultados obtidos.

Em agosto de 2011, utilizando o banco de dados de julho do mesmo ano, o estudo foi atualizado para apresentação interna do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrôpoles¹⁶. A atualização passava pela revisão de decisões metodológicas a respeito de componentes desconsiderados no cálculo de 2009, justificadas na análise da realidade social das famílias incluídas no CadÚnico¹⁷. Esse cálculo ampliou a estimativa do Déficit em termos absolutos e se aproximou do resultado obtido a partir do banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, para o qual foi criada metodologia da FJP.

O resultado segundo o CadÚnico foi de 83.738 unidades, enquanto o cálculo total na PNAD para o Espírito Santo era de 99.440 moradias sendo de 70.356 moradias na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Os dados utilizados para a comparação foram os da PNAD 2009, que eram então os mais recentes divulgados, com cálculo pela Coordenação de Estudos Econômicos do IJSN. Observa-se também que o número total é muito próximo do apresentado pelo IPEA¹⁸ para o ES, de 99.599 unidades totais. Em 2012 a FJP divulgou os dados relativos ao déficit habitacional do Espírito Santo em 2009, como sendo da ordem de 103.663 unidades.

As diferenças nas estimativas demonstram que o cálculo não é isento de variações, devidas tanto a interpretações da metodologia quanto a reponderações estatísticas e limites no tratamento dos dados. Por esse motivo, a descrição da memória de cálculo tem relevante papel quando a intenção é ampliar

¹⁵ O programa Nossa Casa foi criado em 2003, e reestruturado em 2012.

¹⁶ Oficina de trabalho "Formas de Provisão da Moradia Popular", da Linha de Pesquisa II: "Dimensão socioespacial da exclusão/integração nas metrôpoles", Projeto: "Estudo sobre as formas de provisão da moradia e seus impactos na reconfiguração espacial das metrôpoles". Rio de Janeiro 10 e 12 de agosto de 2011.

¹⁷ Instituto Jones dos Santos Neves. Perfil das famílias inseridas no CadÚnico: condições habitacionais – Microrregião metropolitana. Vitória, ES, 2010. 28p., il. tab. (Nota técnica, 10).

¹⁸ Nota Técnica nº5, Dirur, novembro de 2013.

a capacidade de aplicação para um número maior de interessados, sejam institutos de pesquisa, administrações estaduais, municipais ou acadêmicos.

Como já destacado anteriormente, o esforço em se antecipar aos dados do Censo é de grande relevância para o planejamento habitacional, e no estado, está previsto no Plano Estadual de Habitação – PEHAB¹⁹ cuja elaboração tem como principal objetivo direcionar e servir de instrumento de ação e intervenção para o setor habitacional como um todo, e ainda, estimular e fornecer subsídios para que os municípios elaborem os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, segundo o Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS do Ministério das Cidades.

"Do ponto de vista da gestão das políticas habitacionais – do Estado e dos municípios – a criação de um método que possibilita o cálculo do déficit a qualquer tempo, ou seja, que permita atualização permanente, é uma estratégia promissora que se vislumbra a partir do uso dos dados do CadÚnico. Consolidando se esta metodologia, qualquer município pode obter o cálculo do seu déficit de forma atualizada, sem depender de instituições externas, como o IBGE ou a FJP." (PEHAB, Produto 2.3, p.26).

Destaca-se que, para se consolidar a metodologia de estimação do déficit habitacional a partir das informações contidas no CadÚnico, como destacado anteriormente, é necessário que os passos metodológicos sejam corretamente descritos e assimilados de modo que possam ser efetivamente apropriados por qualquer interessado, mas sobretudo por aqueles responsáveis pela gestão da provisão habitacional.

Para isso, tenha-se em mente a síntese da metodologia da FJP, conforme o Quadro 1 e a sequência estabelecida para o cômputo dos componentes (Figura 1), "na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores" conforme explicitado em Nota Técnica para apresentação do Déficit Habitacional 2012:

Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. (FJP, 2014, p.8)

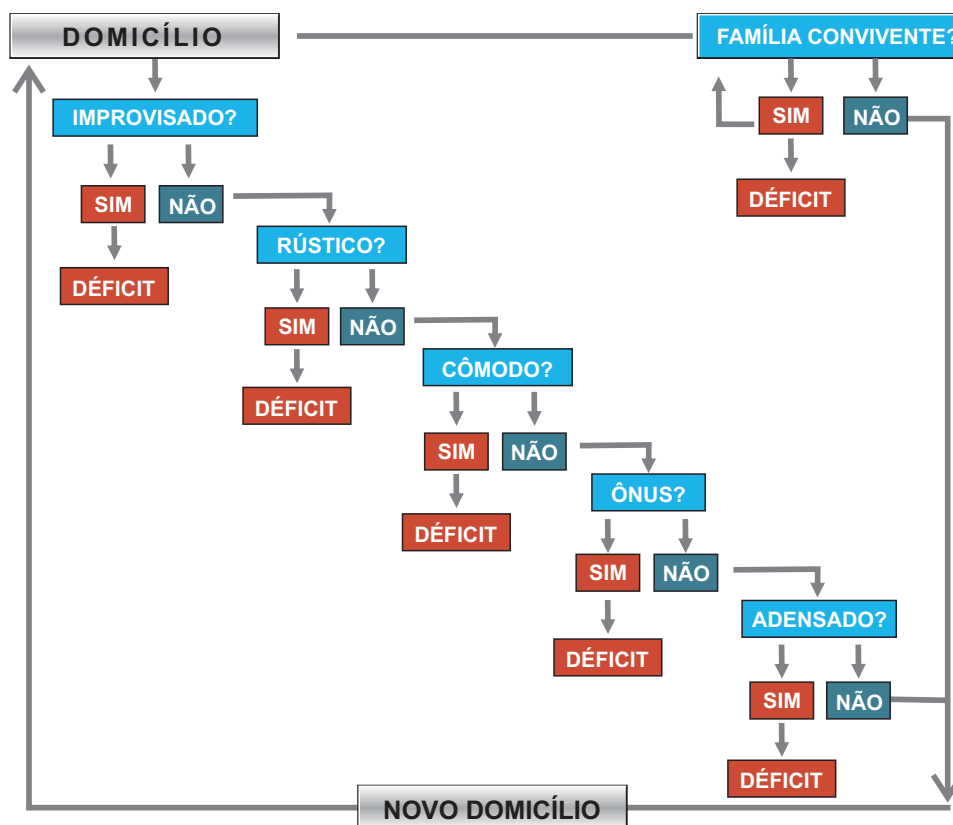
Quadro 1 - Resumo da metodologia de cálculo do déficit habitacional na PNAD segundo a FJP.

ESPECIFICAÇÃO	COMPONENTES
Déficit habitacional	Habitações precárias
	- Domicílios rústicos
	- Domicílios improvisados
	Coabitação familiar
	- Cômodos alugados, cedidos e próprios
	- Famílias conviventes secundárias com intenção de construir domicílio exclusivo
Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.
Elaboração: IJSN

¹⁹ Contratado pela SEDURB, o PEHAB tem horizonte de 15 anos, de 2015 a 2030 e prioriza principalmente o enfrentamento do déficit para a população com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo.

Figura 1 - Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional na PNAD segundo a FJP.



Fonte: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Fundação João Pinheiro, 2013.
 Elaboração: IJSN, 2014.

Portanto, primeiramente foi necessário efetuar uma checagem de aderência do Formulário Principal de Cadastramento (Versão 7)²⁰ frente à metodologia da Fundação João Pinheiro, comparando-se cada componente do déficit habitacional às variáveis do CadÚnico que permitiriam sua averiguação. Para melhor compreensão, o resumo dessa checagem está demonstrado no Quadro 2, que sistematiza as variáveis de cálculo, segundo as variáveis presentes nos formulários do CadÚnico.

²⁰ Cabe destacar que houve um expressivo ganho de informações entre o formulário atual, também conhecido como "Caderno Verde" e o anterior, denominado "Caderno Azul". Pode-se intuir uma aproximação dos dados presentes no cadastro com aqueles necessários a uma melhor averiguação da qualidade de vida das famílias, incluindo a moradia digna.

Quadro 2 - Resumo da aplicação da metodologia de cálculo do déficit habitacional (FJP) ao banco do CadÚnico.

Componente FJP	Variável do CadÚnico	Registros utilizados como Déficit	Observação
Habitacões Precárias Domicílio Rústico Domicílio Improvisado	- Espécie do domicílio (V2.02) - Material predominante na construção das paredes externas (V2.06)	- Particular improvisado - Taipa não revestida ou madeira aproveitada ou palha ou outro material	
- Coabitação familiar - Cômodos alugados, cedidos e próprios - Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo	Quantos cômodos tem seu domicílio (V2.03)		-Não é possível estimar a intenção de formar domicílio exclusivo.
Ônus excessivo com aluguel urbano	- Despesa com aluguel (V3.10 – item 6) - No mês passado recebeu remuneração de trabalho? (V 8.05) - Local onde está situado o seu domicílio (V 2.01)	- Registro da despesa (valor) - Registro da renda (valor) - V 2.01 = urbano	- verificação de comprometimento de acima de 30% da renda familiar com despesa de aluguel
Adensamento excessivo domicílios alugados	- Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório? (V 2.04) - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (V 3.07) - Se alugado (V3.10 – item 6)		Verificação do número de moradores por cômodo utilizado como dormitório igual ou maior a 3.

Fonte: FJP, 2014 e MDS, 2014.
Elaboração IJSN

A princípio, portanto, a aplicação da metodologia da FJP ao CadÚnico, em seu formulário atual, teria uma possibilidade de aderência no cômputo dos quatro componentes, efetuando-se ajustes relativamente pequenos.

No entanto, em consequência do modo de aplicação dos questionários, baseado em sua finalidade de cadastramento da família e não do domicílio, como apontado anteriormente não há a distinção de família principal e secundária nos formulários. Cada formulário descreve a situação da família e embora seja indicado o número de famílias residindo em um mesmo domicílio (variável 3.08), não é possível, a partir do banco de dados, distinguir que outra família/formulário descreve as características deste mesmo domicílio e, em última análise, não se pode inferir que a(s) outra(s) famílias sequer sejam cadastradas.

Dessa forma, os componentes do déficit referentes à edificação não são passíveis de serem analisados sempre que o formulário mostre mais de uma família morando em um mesmo domicílio (variável 3.08), pois as informações referentes a esta edificação constariam, potencialmente, dos formulários das demais famílias residindo sob o mesmo teto, e seriam, portanto, multiplicadas pelo número de famílias cadastradas, uma vez que o formulário de cada núcleo familiar coabitando repetiria as variáveis referentes ao domicílio.

Como resultado, essa constatação tornou necessário considerar como inválidos ao estudo todos os formulários em que a variável 3.08 ("quantas famílias moram em seu domicílio") fosse maior que 1, para não incorrer em sobrecontagem dos componentes que relacionam características da edificação e características das famílias.

Essa distinção teria impacto sobre as variáveis descritivas do domicílio e necessárias à investigação do déficit habitacional a partir de deficiências das características edilícias da moradia, como a habitação precária (domicílios improvisados e rústicos), coabitação (por cômodo) e aquelas que correlacionam características da edificação e composição familiar, como o adensamento excessivo em domicílios alugados.

Da mesma maneira, não é possível estimar a parcela da coabitação formada por famílias compartilhando um mesmo domicílio, pois esta contagem deve ser feita à parte, computando-se todas as famílias conviventes secundárias e em paralelo, proceder-se a verificação das demais componentes referentes ao domicílio, de maneira sequenciada, conforme fluxograma da Figura 1. Disso resulta que a presente estimativa considera como Coabitação Familiar, apenas a parcela referente aos domicílios formados por cômodos.

Dos componentes do Déficit apenas o ônus excessivo, por relacionar variáveis referentes à renda da família e ao seu gasto com aluguel, ainda que apenas nos casos de domicílios urbanos, poderiam ser calculados sem risco de sobreposição.

De posse do banco de dados referente a março de 2014, foi necessário também proceder a uma análise de consistência dos formulários, mantendo-se os registros em que havia conformidade entre a variável que investiga o total de membros da família (V 3.07) e a quantidade de formulários de pessoas preenchidos. Desse processo, resultaram consistentes 301.622 formulários do total de 469.083, significando um total de 64% de validade do banco de dados. Esse foi o número de formulários utilizado para calcular a do déficit habitacional, exposta a seguir. No entanto, foi feita a opção de se descrever os resultados por número de famílias e não de formulários, tendo em vista a intenção de identificação da unidade familiar como foco de atenção do CadÚnico.

Os resultados mostram também a coincidência de componentes do déficit com o ônus excessivo com aluguel urbano, tendo em vista a centralidade da renda na análise da vulnerabilidade.

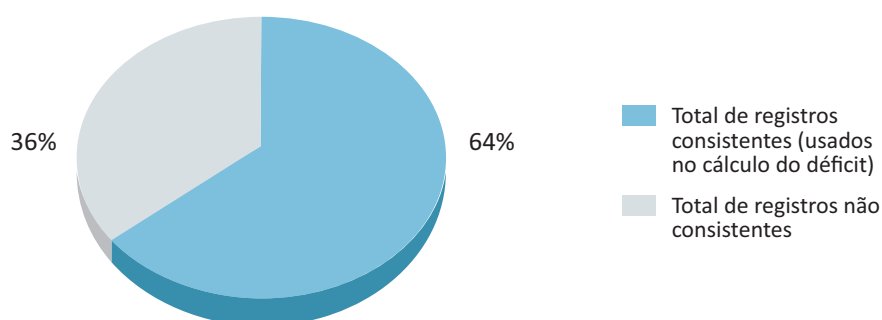
²¹ Na PNAD há a possibilidade de se observar dentre o total de famílias secundárias conviventes, aquelas que possuem intenção de constituir novo domicílio, o que possibilitou que a estimativa do Déficit passasse a incorporar essa informação.

3. RESULTADOS

3.1 Déficit habitacional no Espírito Santo

Os resultados apresentados foram obtidos a partir da aplicação da metodologia anteriormente descrita aos formulários referentes ao cadastro de 301.622 famílias, ou 64% do banco de dados de março de 2014 (Gráfico 1).

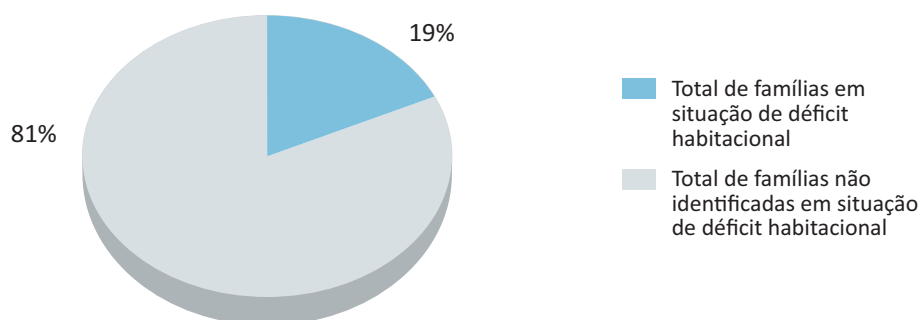
Gráfico 1 - Total de famílias do CadÚnico no Espírito Santo, por situação de consistência do registro referente ao déficit habitacional



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Do total efetivamente analisado, cerca de 20% estava em situação de déficit habitacional ou 57.748 famílias em números absolutos, o que correspondia 182.294 pessoas²². O Gráfico 2 demonstra em percentuais este quadro.

Gráfico 2 - Famílias do CadÚnico no Espírito Santo, por situação de déficit habitacional

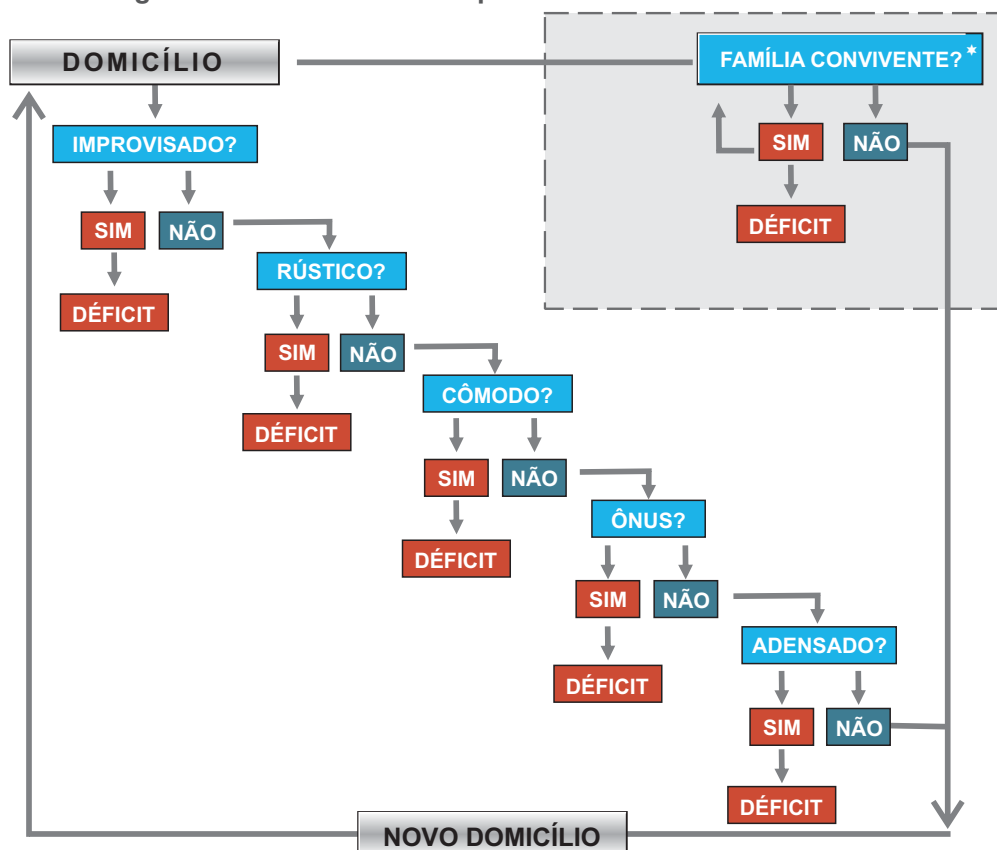


Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

²² Importa salientar que o déficit habitacional correspondente ao número de famílias conviventes, presente no cálculo do déficit habitacional realizado pela Fundação João Pinheiro não foi computado neste trabalho pelos limites da base de dados observados e reportados anteriormente.

A Figura 2 ilustra a aplicação da metodologia, e seu modo sequenciado de averiguar as condições de déficit, a partir das possibilidades do banco de dados. Perceba-se que a principal diferença entre esta e a Figura 1 apresentada anteriormente (página 17), é a impossibilidade de se averiguar as famílias conviventes secundárias, que somadas aos cômodos formam o componente Coabitação familiar.

Figura 2 - Metodologia do déficit habitacional aplicada ao CadÚnico.



* O banco de dados não permite identificar isoladamente as famílias conviventes secundárias, logo este item não pode ser calculado.

Fonte: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Fundação João Pinheiro, 2013.
Elaboração: IJSN, 2014.

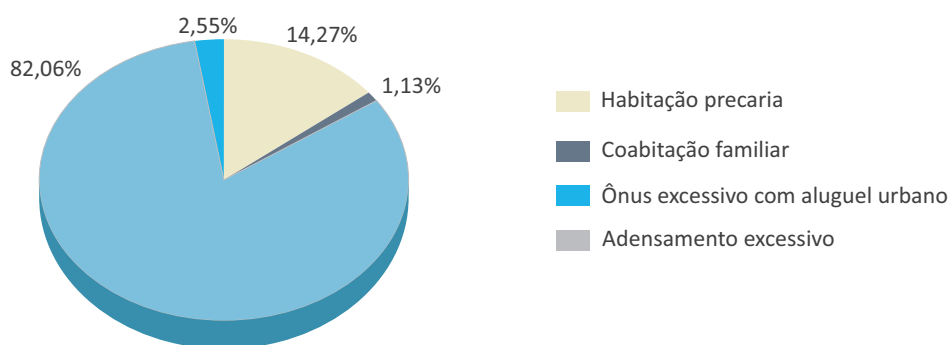
Desta forma, a distribuição das famílias do CadÚnico em situação de déficit habitacional no Espírito Santo indicou que o ônus excessivo com aluguel foi o principal componente correspondendo a 82,06% do total do déficit. A habitação precária corresponde a 14,27% e o adensamento excessivo em domicílios alugados mostra participação de 2,55% no déficit. A coabitação mostra o menor percentual dentre os componentes, equivalendo a 1,13% do déficit habitacional total do estado. Sua baixa representatividade resulta do fato de ser composta apenas por parcela referente a famílias residindo em cômodos, conforme já explicitado. Os resultados estão demonstrados na Tabela 3 e no Gráfico 3.

Tabela 3 - Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, segundo os componentes do déficit, números absolutos e percentuais.

Componentes do déficit habitacional	Absoluto	Proporção do total (%)
Habitação precária	8.238	14,3
Improvisado	5.124	8,9
Rustico	3.114	5,4
Coabitação familiar	652	1,1
Cômodo	652	1,1
Ônus excessivo com aluguel	47.386	82,1
Adensamento excessivo	1.472	2,5
Total	57.748	100,0

Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Gráfico 3 - Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por componente do déficit.



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Ao se buscar as situações de maior vulnerabilidade no resultado geral, duas questões são preponderantes: a componente da habitação precária e a coincidência de componentes incidindo em uma mesma família.

O percentual da habitação precária merece atenção especial, pois se trata da soma dos subcomponentes domicílios improvisados e domicílios rústicos, que evidenciam situação de moradia com baixíssimas condições de conforto e de dignidade.

Nos dados analisados, dentre os 14,27 % de Habitação Precária, é maior o percentual de improvisados (62,20%) sobre o de rústicos (37,80%) nos dados do CadÚnico para o Espírito Santo. Em uma perspectiva de atenção às famílias, esses percentuais significam um total de 8.238 famílias, ou, mais precisamente 25.859 pessoas.

A coincidência de componentes revela um elevado nível de desconforto na condição de moradia e sua análise pode compor um dos critérios para atendimento prioritário por parte das políticas públicas de provisão habitacional.

Para essa investigação foram desagregados dentre os resultados gerais do déficit habitacional no CadÚnico os subcomponentes formadores da Habitação Precária (domicílios improvisados e rústicos) e cruzados aos demais componentes nos formulários considerados válidos. Os valores não podem ser somados, sob risco de dupla contagem, uma vez que para obtê-los foi necessário desconsiderar o fluxo de cálculo descrito pela metodologia. Para maior clareza da condição de vulnerabilidade, a coabitação familiar, que nesse trabalho corresponde à moradia em cômodo, é descrita diretamente deste modo, conforme Tabela 4.

O resultado evidencia as situações em que incidem sobre a mesma família dois ou mais componentes caracterizadores de déficit e mostra que os maiores valores apontam para a coincidência de dois componentes sendo um deles o ônus excessivo com aluguel.

No banco de dados estudado, há 280 famílias que despendem mais de 30% da sua renda em aluguel para residir em domicílio considerado rústico e 28 para residir em um cômodo. 123 famílias residem em cômodos considerados rústicos e 62 famílias dividem de modo adensado um domicílio com algum grau de rusticidade. Mas o resultado numericamente mais relevante é o que encontra a sobreposição entre os domicílios improvisados e o ônus excessivo com aluguel, que mostra um total de 1.437 famílias nesta situação.

Tabela 4 - Famílias inscritas no CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por componentes do déficit em sobreposição.

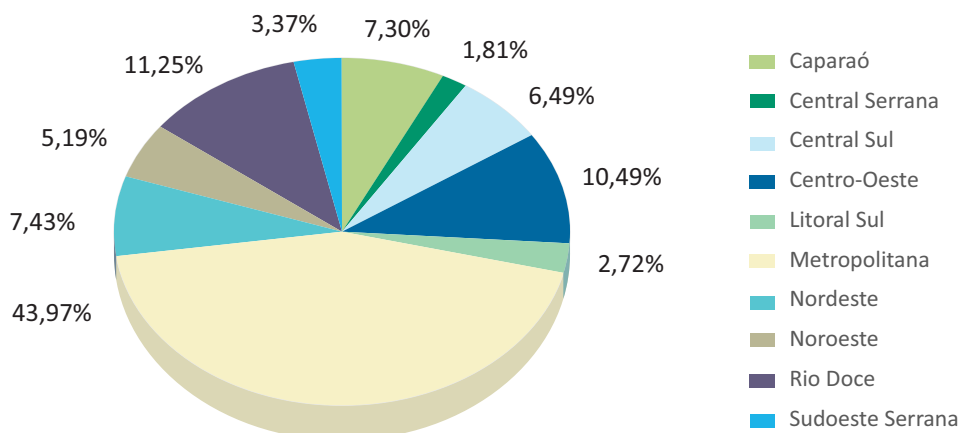
Coincidência de componentes	Nº de Famílias
Improvisado e ônus	1.437
Rústico e cômodo	123
Rústico e ônus excessivo	280
Rústico e adensado	62
Cômodo e ônus excessivo	28
Cômodo e adensamento	6
Rústico, cômodo e ônus excessivo	2
Rústico, cômodo e adensamento	2
Cômodo, ônus excessivo e adensamento	2

Nota: os cruzamentos não mostrados não resultaram em interseção
 Fonte: CadÚnico – Março 2014.
 Elaboração IJSN

3.1.1. Déficit habitacional por microrregiões

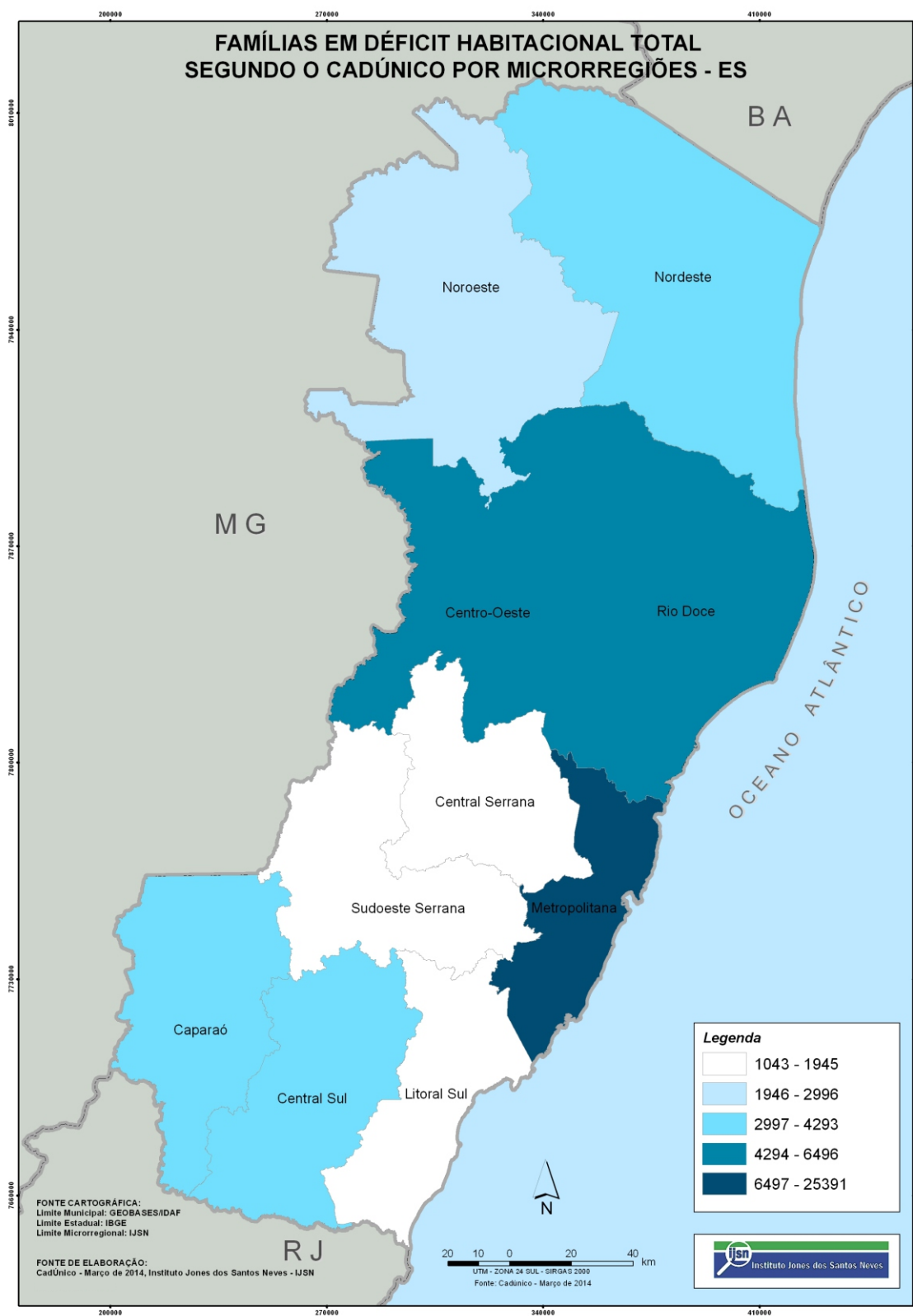
A respeito da territorialidade dos resultados, no Espírito Santo o déficit habitacional está concentrado principalmente na Microrregião Metropolitana, que alcança 44% do total do déficit habitacional do estado, o que corresponde a 25.391 famílias e, mais precisamente, 82.528 pessoas. As regiões Rio Doce e Centro-Oeste apresentam percentuais próximos de 10%, os índices mais baixos estão nas microrregiões Sudoeste Serrana (3,37%), Litoral Sul (2,72%) e Central Serrana (1,81%), conforme pode ser observado no Gráfico 4 e no Mapa 1.

Gráfico 4 - Déficit habitacional segundo CadÚnico no Espírito Santo por microrregião.



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
 Elaboração IJSN

Mapa 1 - Famílias em déficit habitacional segundo o CadÚnico por Microrregiões



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

A componente habitação precária foi maior nas microrregiões Metropolitana (3.092); Centro-Oeste (1.514), Rio Doce (1039) e Caparaó (735).

Quanto ao déficit referente às famílias coabitantes que vivem em cômodos próprios, alugados ou cedidos, as maiores frequências absolutas foram: Metropolitana (255); Nordeste (113); Rio Doce (100); Litoral Sul (61) e Noroeste (46).

O item ônus excessivo com aluguel é majoritário na composição do déficit habitacional em todas as microrregiões analisadas, apresentou frequência absoluta maior nas microrregiões: Metropolitana (21.483); Rio Doce (5.172); Centro-Oeste (4.434); Nordeste (3.393) e Caparaó (3.384).

O componente adensamento excessivo de domicílios alugados apresentou números maiores de famílias em situação de déficit habitacional nas microrregiões: Metropolitana (561), Rio Doce (185); Central Sul (183); Nordeste (137) e Caparaó (93). A Tabela 5 mostra a distribuição dos componentes do Déficit Habitacional por microrregião do Espírito Santo, em valores absolutos e percentuais.

Tabela 5 - Famílias em situação de déficit habitacional no CadÚnico, por Microrregião do Espírito Santo e por componente do déficit.

Microrregião	Habitação Precária	Coabitação Familiar	ônus excessivo com aluguel urbano	Adensamento Excessivo	Total ES
Caparaó	735 17,44%	2 0,05%	3384 80,30%	93 2,21%	4214 7%
Central Serrana	89 8,53%	12 1,15%	924 88,59%	18 1,73%	1043 2%
Central Sul	219 5,85%	28 0,75%	3316 88,52%	183 4,89%	3746 6%
Centro-Oeste	1514 25,00%	16 0,26%	4434 73,22%	92 1,52%	6056 10%
Litoral Sul	194 12,37%	61 3,89%	1233 78,64%	80 5,10%	1568 3%
Metropolitana	3092 12,18%	255 1,00%	21483 84,61%	561 2,21%	25391 44%
Nordeste	650 15,14%	113 2,63%	3393 79,04%	137 3,19%	4293 7%
Noroeste	461 15,39%	46 1,54%	2424 80,91%	65 2,17%	2996 5%
Rio Doce	1039 15,99%	100 1,54%	5172 79,62%	185 2,85%	6496 11%
Sudoeste Serrana	245 12,60%	19 0,98%	1623 83,44%	58 2,98%	1945 3%
Total por componente	8.238 14,27%	652 1,13%	47.386 82,06%	1.472 2,55%	57.748 100%

Fonte: CadÚnico – Março 2014.
Elaboração IJSN

Como esperado, em função da concentração na Região Metropolitana, os números absolutos de todos os componentes também são maiores nesta microrregião. Mas ao se observar os percentuais relativos a cada componente nas microrregiões comparadas aos do estado, surgem alguns destaques.

Em termos relativos, o componente de maior expressividade no déficit habitacional em todas as microrregiões também é o ônus excessivo com aluguel, cuja frequência proporcional variou de 73,22% a 88,59% entre as microrregiões do estado, com relevância para a Central Serrana (88,59%) e para a Central Sul (88,52%), ambas com percentuais acima do estadual (82,06%).

Para uma família com renda domiciliar até 3 salários mínimos, a despesa superior a 30% de sua renda pode significar impactos ainda maiores, a depender do número de componentes da família, podendo

potencialmente comprometer fatores diversos como a segurança alimentar²³ de seus membros, a saúde, o desenvolvimento infantil, o acesso à educação e à cultura, dentre outros.

A habitação precária vem a seguir, com percentuais próximos ao do estado, em torno de 15%, nas microrregiões Nordeste (15,14%), Noroeste (15,39%) e Rio Doce (15,99%), ainda que um pouco mais elevado na microrregião Caparaó (17,44%) e em torno de 12% no Litoral Sul (12,37%), na Metropolitana (12,18%) e na Sudoeste Serrana (12,60%). O componente apresenta um total de 25% de participação na composição do déficit habitacional da Região Centro-Oeste, mais de 10 pontos percentuais se comparada ao percentual no total estadual (14,27%), ou seja, naquela microrregião, a cada quatro famílias em situação de déficit pelo CadÚnico, uma reside em habitação precária.

Quando se desagrega o componente da habitação precária nas duas microrregiões que mostram percentuais maiores, percebe-se que a participação dos domicílios improvisados cresce, se comparada à Metropolitana e ao estado. Este dado pode ser relevante na construção de políticas públicas setoriais com foco no acesso à dignidade nas condições de moradia (Gráficos 5 a 8).

Gráfico 5 - Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Centro Oeste.

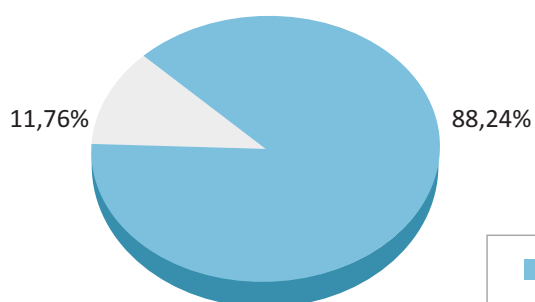


Gráfico 6 - Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Caparaó.

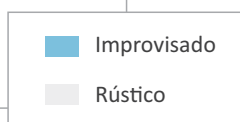
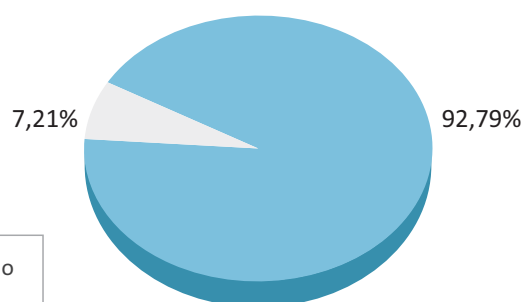


Gráfico 7 - Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Metropolitana.

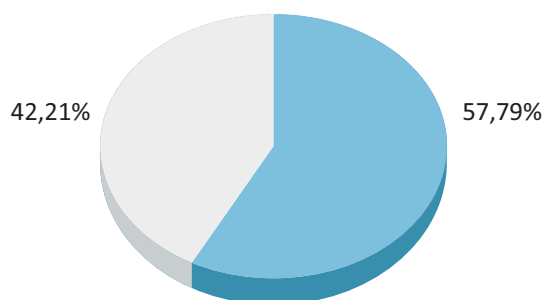
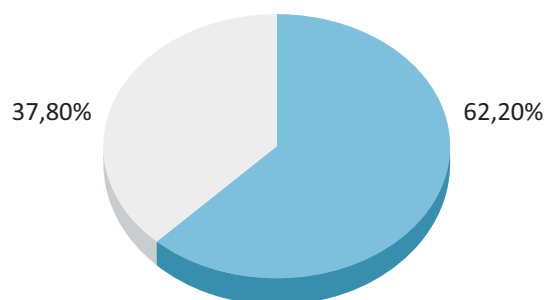


Gráfico 8 - Percentual de domicílios improvisados e de domicílios rústicos no total da habitação precária – Espírito Santo.



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

²³ "A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (Art. 3º da lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006.)

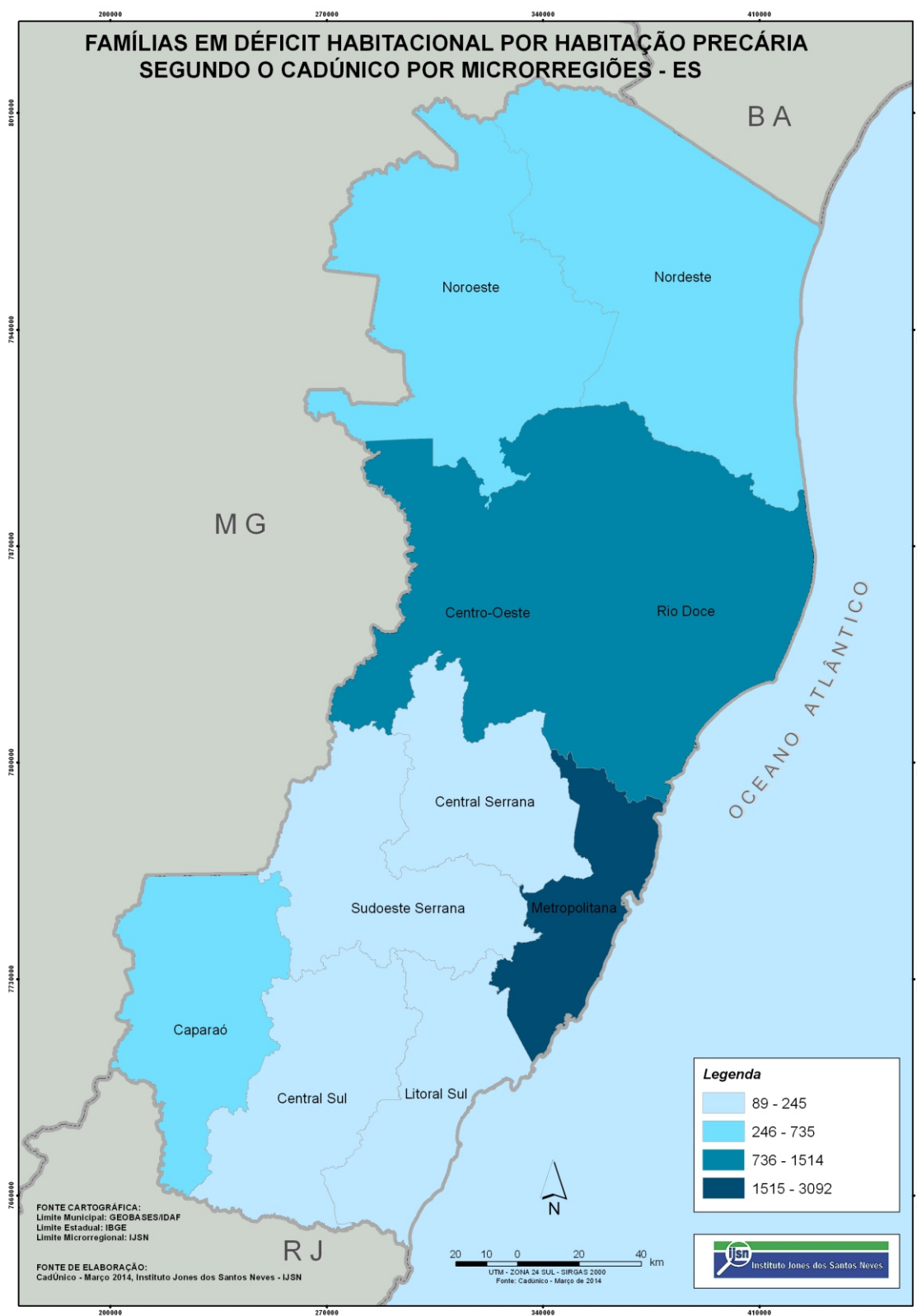
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm



O adensamento excessivo é 4,89% do Déficit no CadÚnico na Central Sul e 5,10% na Litoral Sul, este último corresponde ao dobro do percentual no total do estado, que é de 2,55%. A coabitação familiar, ou habitação em cômodos para fins desse estudo, tem relevância na microrregião Litoral Sul (3,89%) e na Nordeste (2,63%) quando comparadas à participação deste componente no total estadual que é de 1,13%.

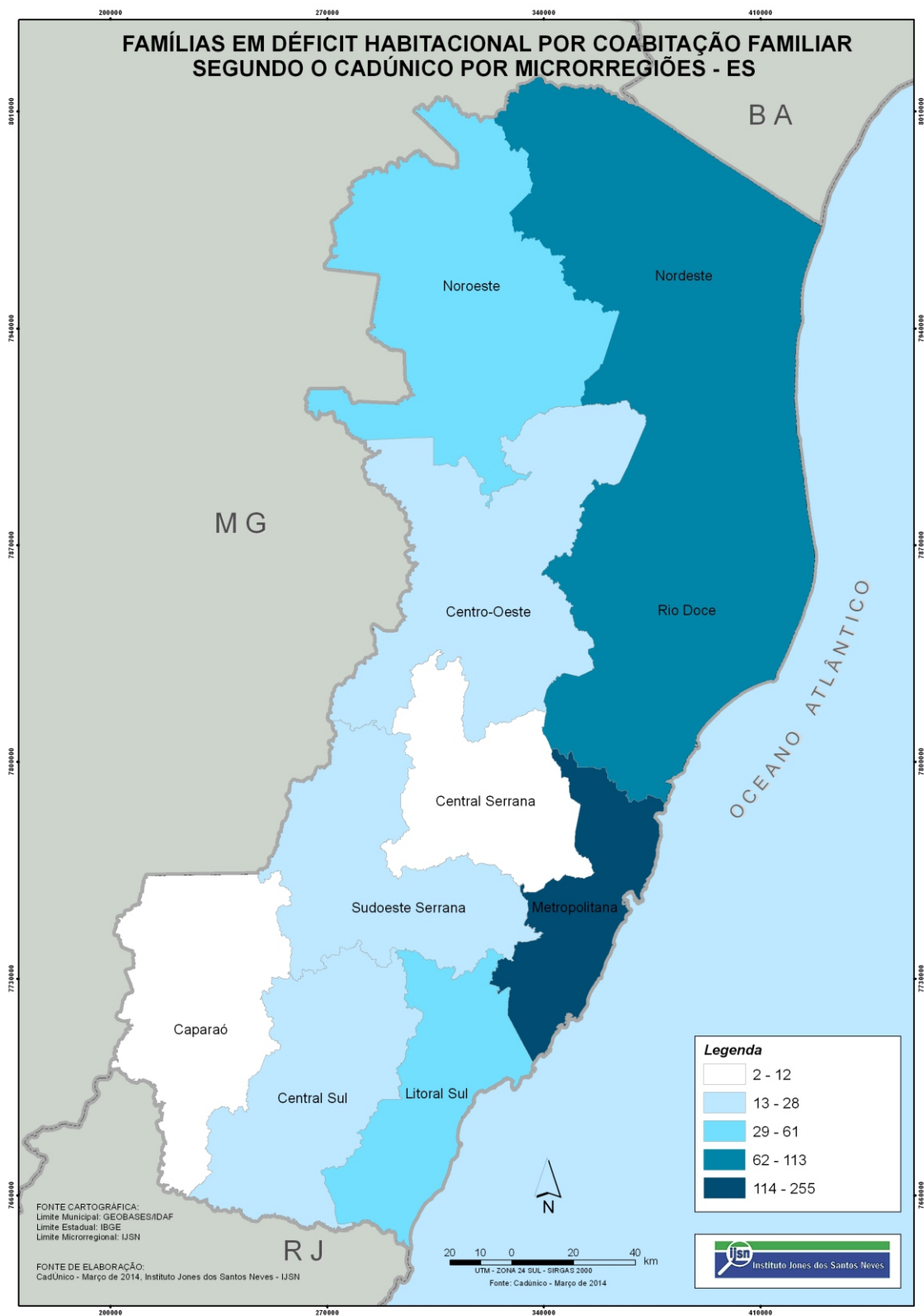
Os Mapas 2 a 5, a seguir, permitem a visualização da análise dos componentes na realidade territorial do estado, agregado por microrregiões de planejamento.

Mapa 2 - Famílias em déficit habitacional, por habitação precária, segundo o CadÚnico por Microrregiões



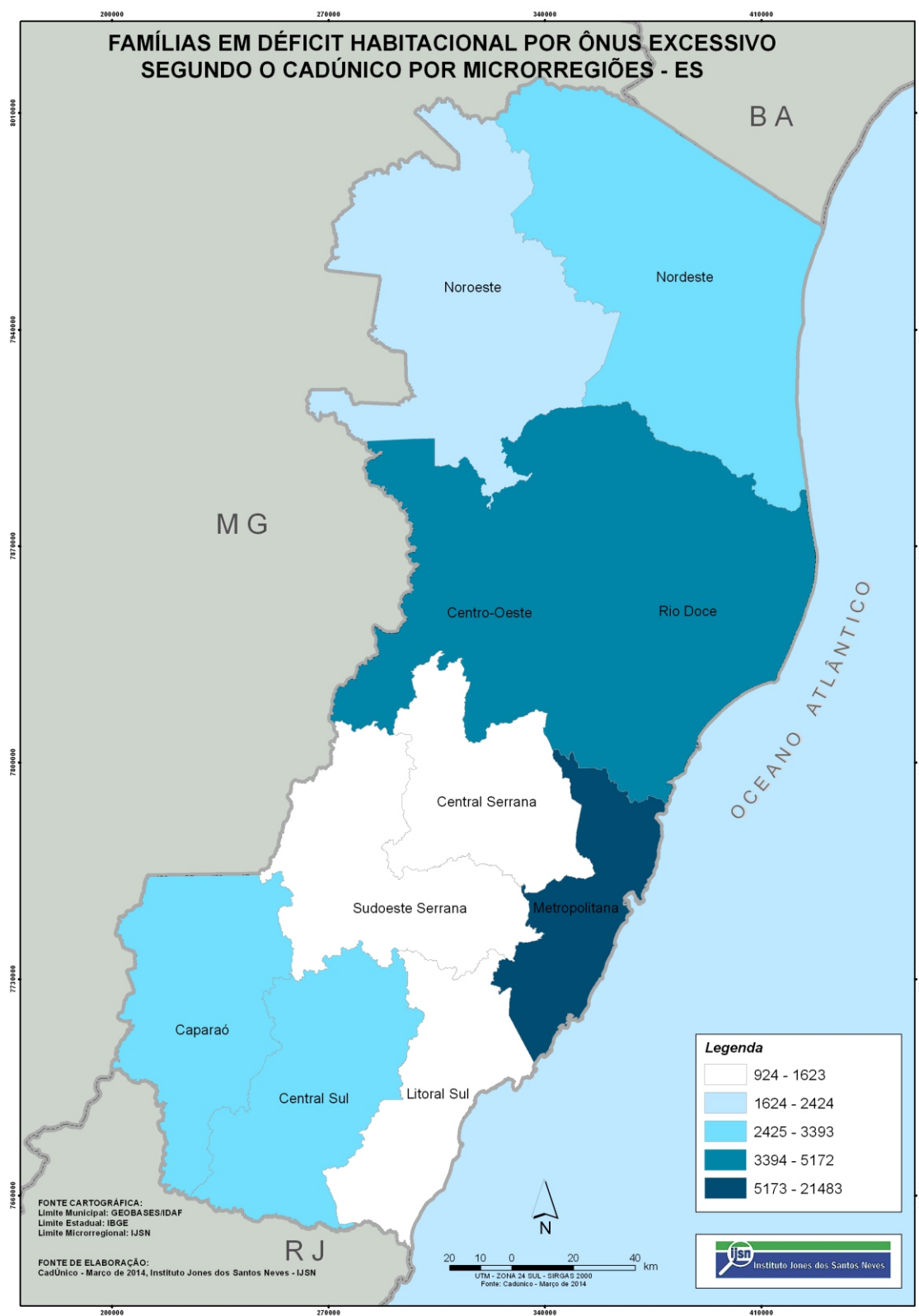
Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Mapa 3 - Famílias em déficit habitacional, por coabitação familiar, segundo o CadÚnico por Microrregiões



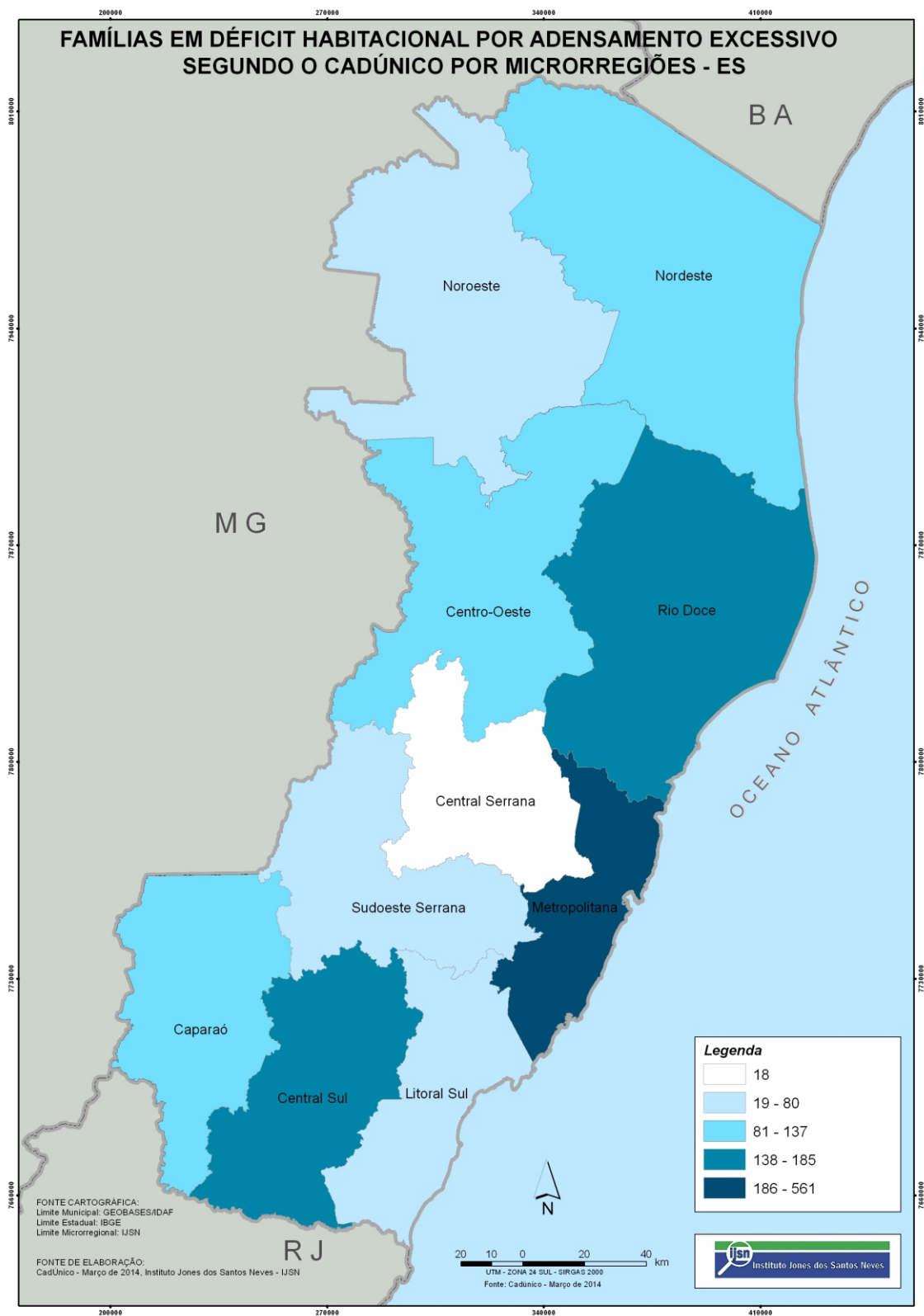
Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Mapa 4 - Famílias em déficit habitacional, por ônus excessivo com aluguel, segundo o CadÚnico por Microrregiões



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Mapa 5 - Famílias em déficit habitacional, por adensamento excessivo, segundo o CadÚnico por Microrregiões



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

3.1.2. Déficit habitacional por municípios

A análise da distribuição do número de famílias do Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por município e por componente do déficit (Anexo 1), é importante, uma vez que nos traz informações diretas sobre as necessidades habitacionais vivenciadas no âmbito local.

Os resultados mostram relevância dos municípios mais populosos do estado nas posições mais elevadas de déficit habitacional, além de explicar a posição relativa da Região Metropolitana: entre os dez maiores estão cinco dos sete municípios metropolitanos. Em primeiro lugar está Serra, cujo déficit corresponde a aproximadamente 15% do total estadual, seguido de Vitória (8,49%) e de Vila Velha (8,20%) e em quarto lugar, Cariacica, que detém 7,72% do total estadual. Em seguida estão Linhares (5,91%) e Colatina (5,07%) e após, com índices próximos de 3%, estão Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Aracruz e Guarapari, o quinto município metropolitano.

Os menores valores municipais do Déficit estão nos municípios de São Roque do Canaã, Mucurici, Rio Novo do Sul, Governador Lindenberg, Santa Leopoldina, Brejetuba, Vargem Alta, Laranja da Terra, Divino São Lourenço, todos com participações em torno de 0,1% do total estadual, e finalmente São Domingos do Norte, que tem déficit habitacional igual a zero no CadÚnico.

Tabela 6 - Maiores e menores déficits habitacionais segundo o CadÚnico e população, por município.

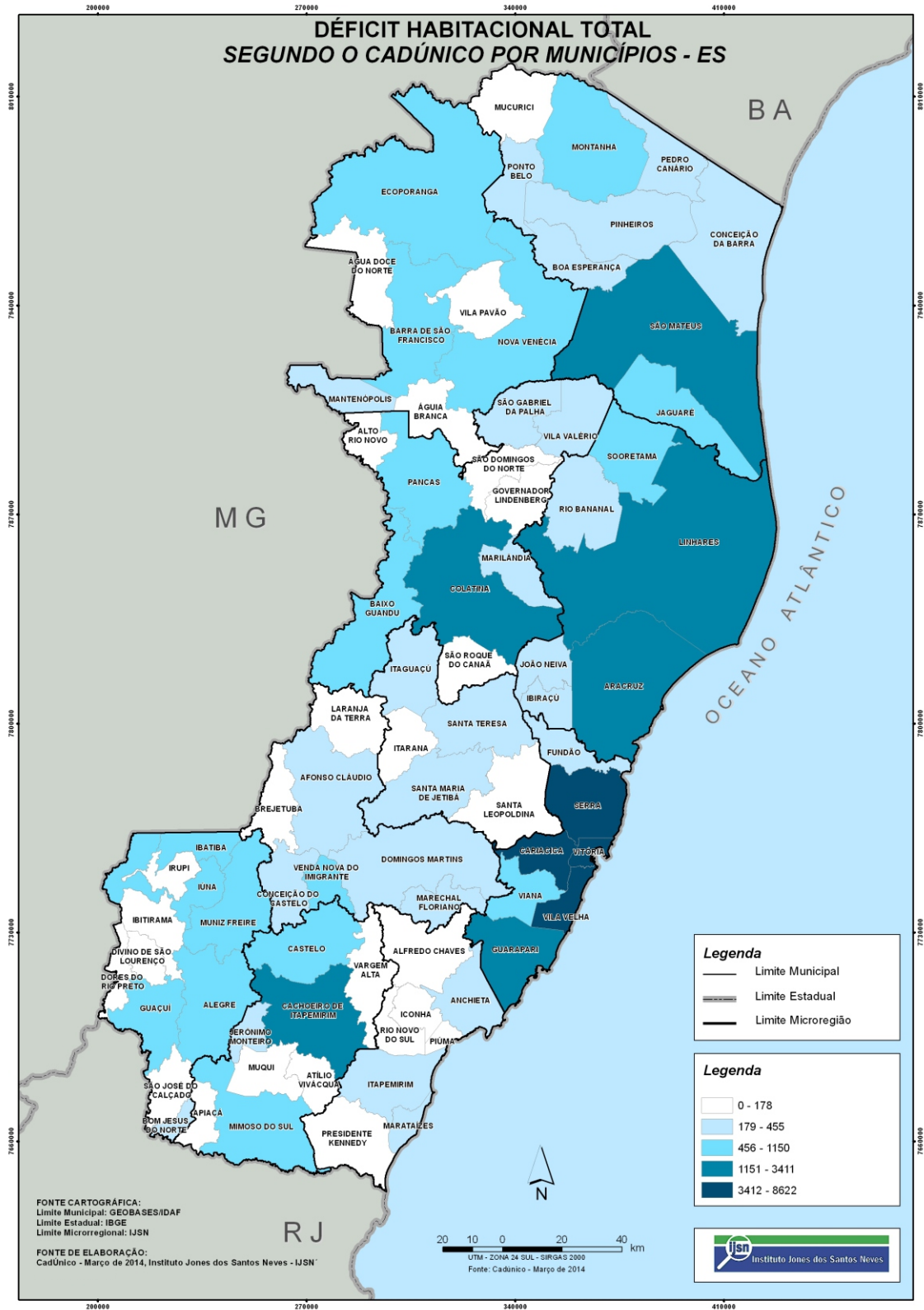
Município	Microrregião	Déficit Total	Déficit relativo ao total ES (%)	Posição	População 2010
Serra	Metropolitana	8.622	14,93	1	409.267
Vitória	Metropolitana	4.905	8,49	2	327.801
Vila Velha	Metropolitana	4.734	8,20	3	414.586
Cariacica	Metropolitana	4.456	7,72	4	348.738
Linhares	Rio Doce	3.411	5,91	5	141.306
Colatina	Centro-Oeste	2.926	5,07	6	111.788
Cach. de Itapemirim	Central Sul	1.819	3,15	7	189.889
São Mateus	Nordeste	1.710	2,96	8	109.028
Aracruz	Rio Doce	1.674	2,90	9	81.832
Guarapari	Metropolitana	1.587	2,75	10	105.286
São Roque do Canaã	Centro-Oeste	94	0,16	69	11.273
Mucurici	Nordeste	88	0,15	70	5.655
Rio Novo do Sul	Litoral Sul	79	0,14	71	11.325
Gov. Lindenberg	Centro-Oeste	74	0,13	72	10.869
Santa Leopoldina	Central Serrana	74	0,13	73	12.240
Brejetuba	Sudoeste Serrana	68	0,12	74	11.915
Vargem Alta	Central Sul	66	0,11	75	19.130
Laranja da Terra	Sudoeste Serrana	54	0,09	76	10.826
Divino S. Lourenço	Caparaó	44	0,08	77	4.516
S. Domingos do Norte	Centro-Oeste	0	0,00	78	8.001
Total		57.748	100		

Fonte: CadÚnico – Março de 2014. IBGE, 2010.
Elaboração IJSN

O Anexo 1 traz o detalhamento da distribuição das famílias do CadÚnico no Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por município e por componente do déficit, tanto os valores absolutos quanto os relativos.

Os resultados mostram correspondência entre os maiores valores e os municípios mais populosos e por esse motivo, também estão concentrados nos municípios metropolitanos, salvo exceções de outros municípios polo. Porém a qualidade dos registros influencia o resultado do déficit habitacional municipal segundo o CadÚnico e explica o DH nulo em São Domingos do Norte, em que apenas 0,18% dos registros são consistentes para a aplicação da metodologia. A proporção de registros consistentes frente ao total de observações por município consta do Anexo 2.

Mapa 6 - Famílias em déficit habitacional segundo o CadÚnico por municípios



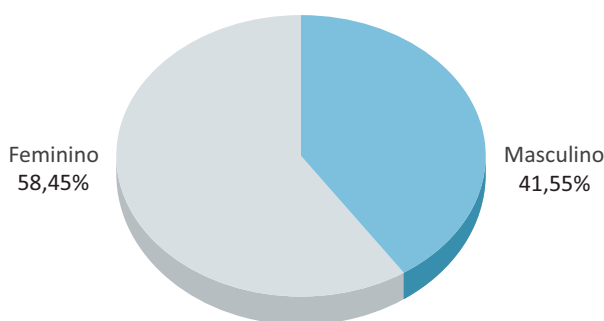
Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

3.2 Perfil das pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de déficit habitacional no Espírito Santo

Descreveremos aqui o perfil das pessoas inscritas no CadÚnico e em situação de déficit habitacional no Espírito Santo, de acordo com o universo de pesquisa descrito anteriormente, em que resultaram válidos 64% dos registros do banco de dados.

De acordo com o Gráfico 9, observa-se que 58,45% (106.554) eram do sexo feminino e 41,55% (75.740) eram do sexo masculino.

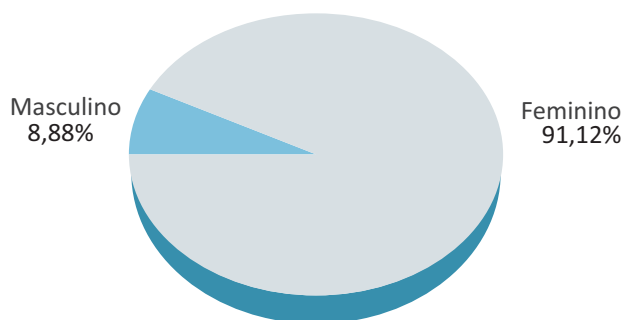
Gráfico 9 - Pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de déficit habitacional, por sexo, Espírito Santo



Fonte: CadÚnico Março de 2014
Elaboração IJSN

Se considerarmos apenas os responsáveis pelo domicílio, a maioria absoluta era do sexo feminino (91,12%), conforme a Gráfico 10. Entretanto, não podemos fazer aqui uma análise deste quantitativo a partir da configuração das relações de poder e de gênero apenas, sem considerar a existência de um fator adicional que é a opção feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de privilegiar a mulher como referência familiar principal na hora do cadastro. Tal opção se justifica inclusive como um fator que busca o empoderamento das mulheres, face a uma realidade que ainda tende a lhe ser desfavorável de um modo geral.

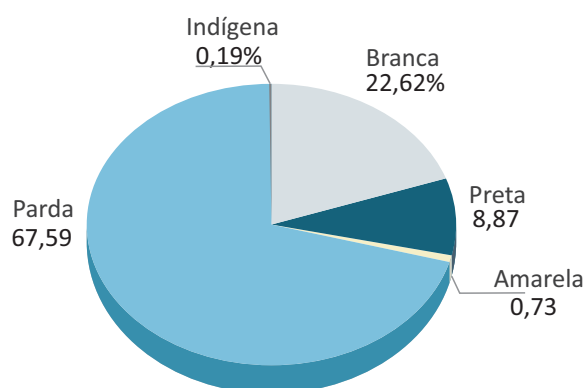
Gráfico 10 - Déficit habitacional por responsável por domicílio e sexo, Espírito Santo.



Fonte: CadÚnico Março de 2014
Elaboração IJSN

Quanto à distribuição por raça ou cor, observa-se uma predominância de negros (somatório de 67,59% de pardos e de 8,87% de pretos), correspondendo a 76,46% do universo, conforme pode ser depreendido do Gráfico 11.

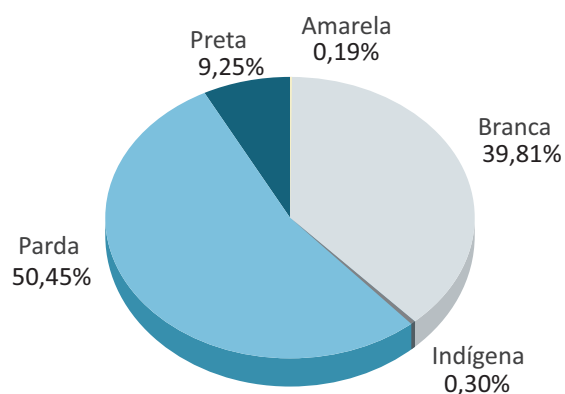
Gráfico 11 - Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por raça ou cor, Espírito Santo



Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Vale destacar que entre pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, as pardas (67,59%) estão sobrerrepresentadas se comparadas à proporção de pessoas pardas (50,45%) na distribuição por raça ou cor entre a população em geral do Espírito Santo, conforme os resultados da Pnad de 2012. O Gráfico 12 traz a distribuição da população por raça ou cor, no ano de 2012, segundo a Pnad, apenas a título de comparação.

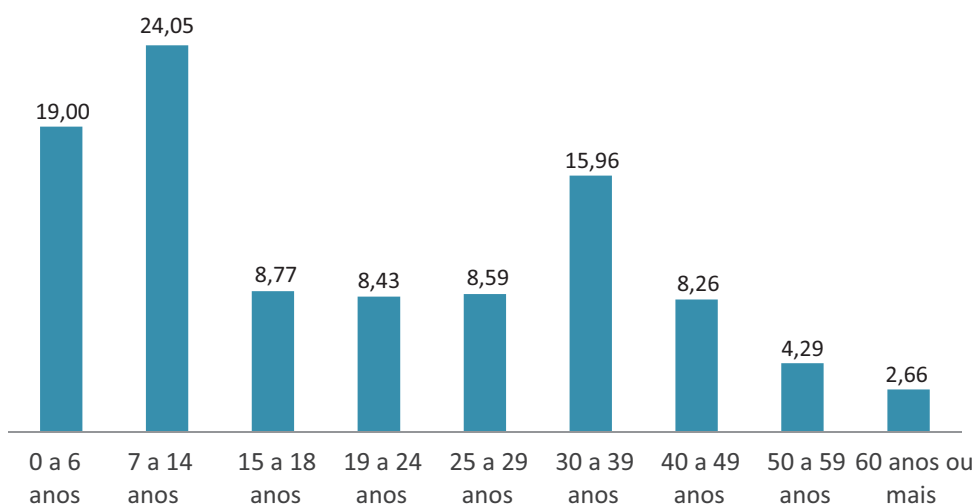
Gráfico 12 - Distribuição de pessoas por raça ou cor na população em geral do Espírito Santo, Pnad 2012



Fonte: Pnad 2012
Elaboração IJSN

O Gráfico 13 mostra a distribuição das pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico por faixas etárias. Dentre essas, 19% estão na primeira infância (0 a 6 anos) e 24,05% estão na faixa etária de 7 a 14 anos. Logo, podemos afirmar que 43,05% compõem o grupo etário de 0 a 14 anos, ou seja, quase metade das pessoas em situação de déficit habitacional são crianças; 15,96% estão na faixa etária de 30 a 39 anos; 4,29% tem idade entre 50 e 59 anos; 2,66% são idosos (60 anos ou mais) e as demais faixas etárias correspondem, cada uma, a uma proporção em torno de 8%.

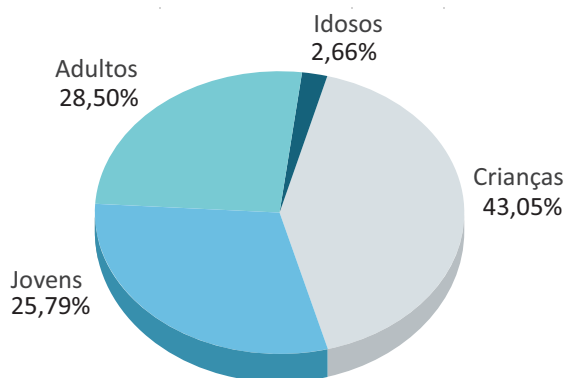
Gráfico 13 - Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por grupo etário, Espírito Santo



Fonte: CadÚnico, Março de 2014
Elaboração IJSN

Vale destacar que se agruparmos as faixas etárias do Gráfico 13 em categorias geracionais mais amplas, teremos: 43,05% de crianças (0 a 14 anos); 25,79% de jovens (15 a 29 anos); 28,50% de adultos (30 a 59 anos) e 2,66% de idosos, conforme ilustra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no CadÚnico, por categorias geracionais, Espírito Santo



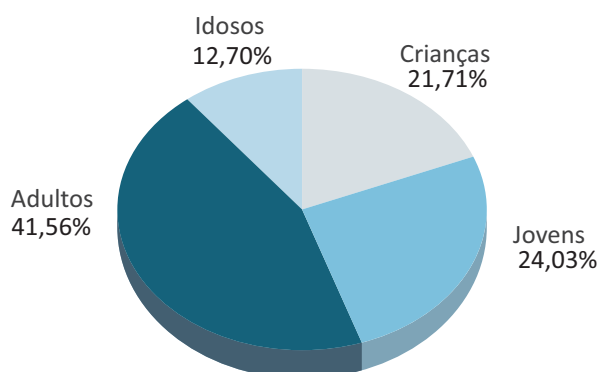
Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Ao compararmos o Gráfico 14 (Pessoas em situação de déficit habitacional, inscritas no Cadastro Único, por grupo etário, Espírito Santo) com o Gráfico 15 que demonstra a distribuição da população geral do estado por grupos geracionais de acordo com a Pnad 2012, observamos que as crianças estão sobrerrepresentadas: enquanto na população em geral elas correspondem a 21,71%, entre as pessoas inscritas no CadÚnico em situação de déficit habitacional elas correspondem a 43,05%. Dado importante quando pensamos numa perspectiva de focalização das políticas habitacionais, onde grupos mais vulneráveis são priorizados.

Por outro lado, o inverso ocorre entre os idosos, que encontram-se sub-representados entre a população inscrita no cadastro único em situação de déficit habitacional, correspondendo a apenas 2,66% entre estas, enquanto na população em geral alcançava na Pnad de 2012 o percentual de 12,70%.

Essa diferença pode ser interpretada inicialmente por dois caminhos: 1) Os idosos tendem a gozar de certo privilégio, por já terem acumulado recursos ao longo de sua vida de trabalho, e por isto não participam significativamente do déficit habitacional. Acreditamos que pelo perfil socioeconômico do público inscrito no CadÚnico, ou seja, população de baixa renda, esta não é a hipótese mais provável; 2) a presença pouco expressiva de idosos entre as pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no cadastro único pode indicar uma expectativa de vida menor neste grupo, o que não nos autoriza a falar de uma causalidade direta entre déficit habitacional e expectativa de vida, até porque sabemos que este tema se relaciona a um conjunto de variáveis. Mas pode sinalizar a existência de um peso relativo do impacto do déficit habitacional na qualidade de vida e, por conseguinte, na expectativa de vida das pessoas, algo que não será objeto de investigação neste estudo.

Gráfico 15 - População, por categorias geracionais, Espírito Santo, Pnad 2012



Fonte: Pnad, 2012
Elaboração IJSN

A Tabela 7 traz informações sobre as pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no Cadastro Único, com deficiência e responsável por domicílio (percentuais e números absolutos). No universo considerado o percentual de pessoas deficientes era 2,33%, correspondendo a 4.255 indivíduos. Entre os responsáveis por domicílio em situação de déficit habitacional o número de pessoas com deficiência era 2,62% ou 1.515 indivíduos.

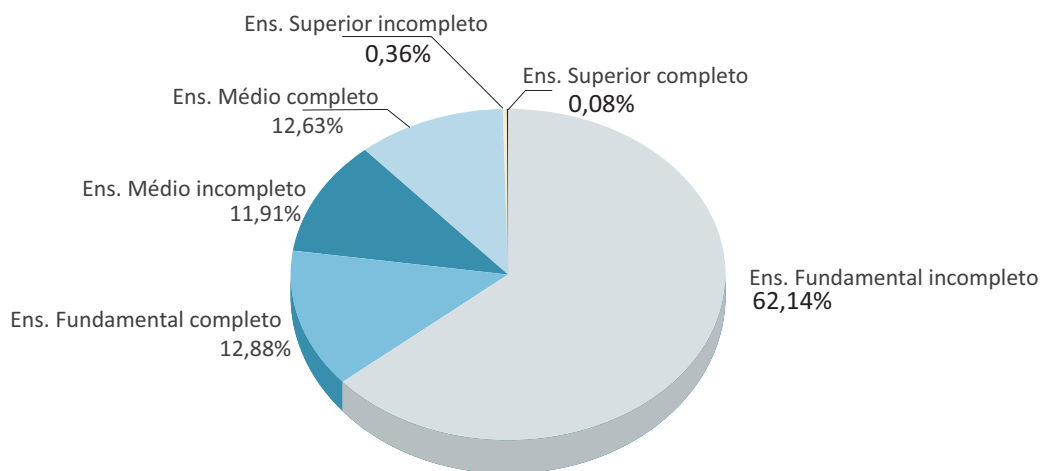
Tabela 7 - Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, com deficiência e responsáveis por domicílio.

Pessoas com deficiência	Pessoas em situação de Déficit Habitacional		Responsável pelo domicílio em situação de Déficit Habitacional	
	%	Nº absolutos	%	Nº absolutos
Sim	2,33	4.255	2,62	1.515
Não	97,67	178.017	97,38	56.202
Total	100,00	182.272	100,00	57.717

Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Quanto à escolaridade das pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no cadastro único, 62,14% não concluíram o ensino fundamental, enquanto aproximadamente 13,0% o concluíram. Em relação ao ensino médio 12,63% das pessoas em situação de déficit o concluíram, e menos de 0,10% possuem o ensino superior completo, conforme demonstra o Gráfico 16.

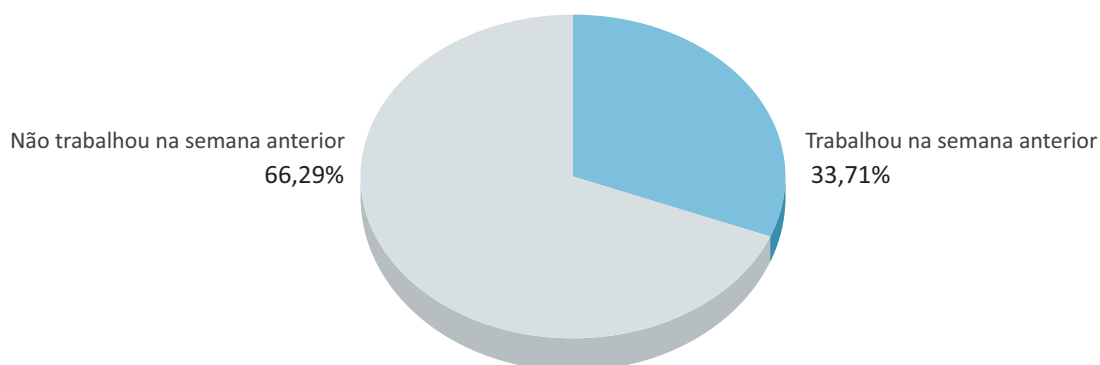
Gráfico 16 - Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, por escolaridade



Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Quanto a situação de ocupação, somente 33,71% das pessoas em situação de déficit habitacional indicaram ter trabalhado na semana anterior, enquanto 66,29% indicaram não ter trabalhado, conforme ilustra a Gráfico 17.

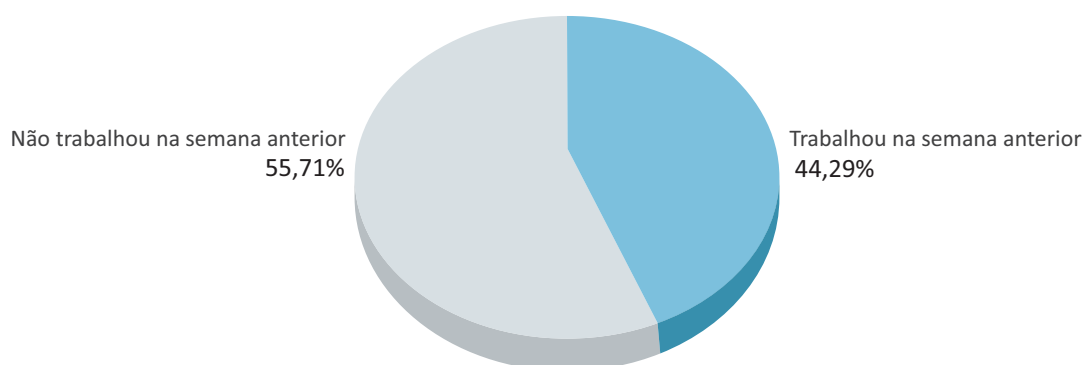
Gráfico 17 - Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico, segundo situação de ocupação (%).



Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Entre os responsáveis pelo domicílio, o percentual dos que indicaram ter trabalhado na semana anterior se elevou para 44,29%, conforme demonstra o Gráfico 18.

Gráfico 18 - Responsável pelo domicílio em situação de déficit habitacional no CadÚnico, segundo situação de ocupação (%).



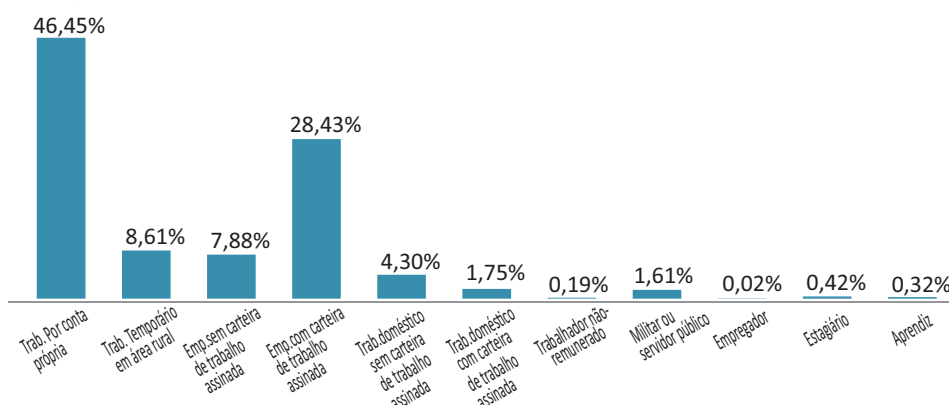
Fonte: CadÚnico - Março de 2014
Elaboração IJSN

Quanto a ocupação indicada pelas pessoas em situação de déficit habitacional, 46,45% trabalhavam por conta própria e apenas 28,43% eram empregados com carteira de trabalho assinada, de acordo com o que pode ser observado no Gráfico 19.

Se somarmos as pessoas em situação de déficit habitacional que indicaram trabalho por conta própria (46,45%), trabalho temporário em área rural (8,61%), emprego sem carteira de trabalho assinada

(7,88%), trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada (4,30%) e trabalho não-remunerado (0,19%), teremos um total de 67,43% do universo considerado numa situação que sugere precariedade no trabalho.

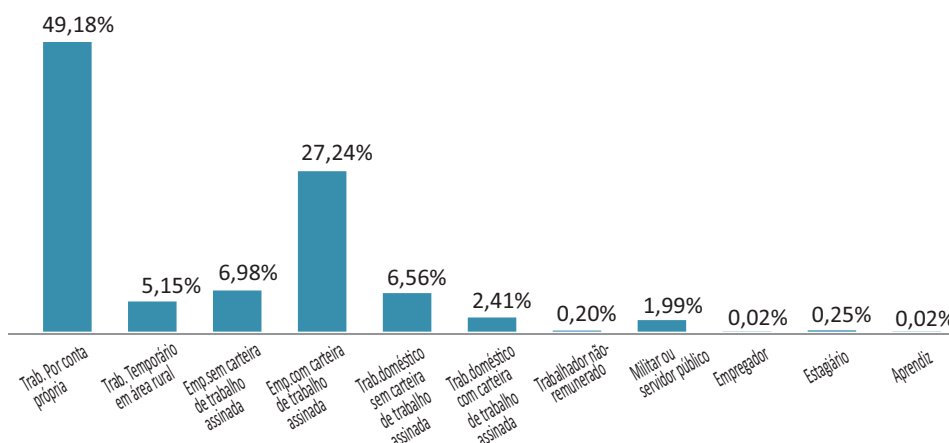
Gráfico 19 - Pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no CadÚnico segundo tipo de ocupação (%).



Fonte: CadÚnico
Elaboração IJSN

Os dados de ocupação dos responsáveis por domicílio entre as pessoas em situação de déficit habitacional trazem um desenho bem semelhante ao identificado no conjunto das pessoas em situação de déficit (Gráfico 19), conforme podemos observar no Gráfico 20. Destaca-se novamente o grupo dos que trabalhavam por conta própria (49,18%) e apenas 27,24% que eram empregados com carteira de trabalho assinada.

Gráfico 20 - Responsável pelo domicílio em situação de déficit habitacional no CadÚnico, segundo tipo de ocupação (%).



Fonte: CadÚnico
Elaboração IJSN

Vale salientar que, em março de 2014, a renda média familiar per capita mensal de todas as fontes de rendimento das pessoas em situação de déficit habitacional inscritas no cadastro único no Espírito Santo foi R\$189,42. Já a renda média do trabalho do responsável pelo domicílio em março de 2014 foi R\$209,97.

4. CONCLUSÕES FINAIS E INDICATIVOS DE PESQUISA FUTURA

Como visto, a utilização do CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal possibilita o cálculo do déficit habitacional para as famílias nele inscritas, salvo algumas exceções.

A primeira diz respeito à qualidade dos registros, em que ainda se observam quantidades relevantes de variáveis que resultam em valores nulos²⁴. Nesse sentido, a melhoria dos registros é necessária para que se amplie o universo pesquisado e assim, se incluam mais famílias nas análises e estudos.

Embora o quantitativo de famílias analisadas por este estudo (301.622) seja expressivo para sua pertinência, 36% da base de dados utilizada para este estudo não pode ser aproveitado por falta de consistência²⁵.

A segunda conclusão diz respeito ao modo de concepção dos formulários. Embora estes tenham recebido modificações no sentido de ampliar o número de variáveis disponíveis, a não identificação das famílias conviventes secundárias nos registros, conforme visto no item 2.3, faz com que não se quantifique este subcomponente da Coabitação Familiar, que embora controversa, mostra percentuais relevantes em todas as estimativas sobre o assunto.

Portanto, talvez seja válida a sugestão de se proceder modificação na aplicação dos questionários de modo que sejam identificadas as famílias principais e aquelas consideradas conviventes secundárias.

Alternativamente se podem proceder pesquisas futuras para melhor compreensão das possibilidades da base de dados do CadÚnico, do modo como hoje é desenhada.

Nesse sentido são muito relevantes novos estudos que possam averiguar tanto a qualidade dos registros quanto a aplicação de políticas a partir do público alvo descrito, estabelecendo prioridades de atenção.

Os estudos relacionados à moradia estão dentre os mais relevantes, pois tratam diretamente da condição básica de abrigo e dignidade do núcleo familiar, que deve fornecer suporte material e simbólico seguro à vida.

²⁴ Os registros nulos retornam como "missing" nas tabelas resumo do software "Stata" utilizado para acesso e cruzamento dos dados.

²⁵ O Anexo 2 mostra o valor total de registros e os percentuais de registros consistentes por microrregião e por municípios do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Família e domicílio no cálculo do déficit habitacional no Brasil. Anais XI do Encontro Nacional da ANPUR – 23 a 27 de maio de 2005 Salvador.

_____. “Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia” - Documento apresentado para discussão. In IBGE. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. Sobre as utilidades do Cadastro Único. TD 244, UFF.- Faculdade de Economia, 2008, p. 41. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD244.pdf> Acesso em 10/07/2014.

BERTOLANI, Marlon Neves; PEREIRA, Sandra Mara. Pobreza e política social: desafios da gestão pública no Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo: Instituto Jones dos Santos Neves, 2010. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=705:pobreza-e-politica-social-desafios-da-gestao-publica-no-espírito-santo&catid=145&Itemid=206> Acesso em 11/07/2014.

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de maio de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm Acesso em 17 de setembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm Acesso em 17 de setembro de 2014.

Cardoso, Adauto Lucio. Municipalização da política habitacional: uma avaliação da experiência brasileira recente. Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR – 24 a 28 de maio de 1999 Porto Alegre. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/81/showToc>

Déficit habitacional no Brasil 2009 / Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. - Belo Horizonte, 2012. 200p.

DIAS, Maria Luiza M. S. Marques. Limites e Possibilidades de Uso das Informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Primeira versão – Nº 9. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 2009.

FERREIRA, Andreia C. A. C., SILVA, Lígia M. T., RAMOS Rui A. R. Observatórios Urbanos, Ferramentas Para Monitorização Das Cidades. Universidade do Minho, 2012. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23465/1/Paper452_14-23-10.pdf

FUNDAÇÃO JÃO PINHEIRO. Deficit Habitacional no brasil 2011-2012 - Nota técnica 1 - Resultados Preliminares. Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: junho de 2014. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file> Acesso em 10/07/2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: 2013 78p. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> Acesso em 10 de julho de 2014.

ONU-HABITAT, Estado de las ciudades de la America Latina, e el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, Nairóbi, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lúcio, LAGO, Luciana Corrêa. Necessidades Habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional. IPPUR/UFRJ/ Observatório das Metrôpoles/ FASE: Rio de Janeiro, 2003.

SABOIA, Ana Lucia, ATHIAS, Leonardo. Recomendações internacionais sobre estatísticas sociais e como importantes institutos de estatística divulgam seus temas, com destaque para a área social. TD 46. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2013.

WERNA, Edmundo et al. Pluralismo na habitação (baseado nos resultados do Projeto “O novo papel do Estado na oferta de habitação: parceria entre agentes públicos e não-públicos”: convênio 63.96.0737.00 – Finep) – São Paulo : Annablume, 2001. 300 p.

ANEXO 01

Tabela A1.1 - Número de famílias do Espírito Santo em situação de déficit habitacional, por município e por componente do déficit, números absolutos e proporcionais (%)

Município	Habitação precária	Habitação precária %	Cômodo	Cômodo %	Ônus	Ônus %	Adensado	Adensado %	Total	Total %
Serra	267	3,10	58	1	8.154	95	143	2	8.622	14,93
Vitória	1.479	30,15	43	1	3.318	68	65	1	4.905	8,49
Vila Velha	293	6,19	37	1	4.277	90	127	3	4.734	8,20
Cariacica	804	18,04	70	2	3.444	77	138	3	4.456	7,72
Linhares	314	9,21	60	2	2.924	86	113	3	3.411	5,91
Colatina	87	2,97	6	0	2.792	95	41	1	2.926	5,07
Cach. de Itapemirim	45	2,47	14	1	1.633	90	127	7	1.819	3,15
São Mateus	155	9,06	34	2	1.441	84	80	5	1.710	2,96
Aracruz	259	15,47	29	2	1.344	80	42	3	1.674	2,90
Guarapari	59	3,72	15	1	1.451	91	62	4	1.587	2,75
Pancas	1.046	90,96	1	0	98	9	5	0	1.150	1,99
B. de S. Francisco	49	5,44	7	1	819	91	26	3	901	1,56
Nova Venécia	119	13,79	9	1	724	84	11	1	863	1,49
Sooretama	395	52,88	8	1	325	44	19	3	747	1,29
Muniz Freire	607	81,70			134	18	2	0	743	1,29
Alegre	9	1,30			672	97	13	2	694	1,20
Baixo Guandu	18	2,65	3	0	650	96	9	1	680	1,18
Guaçuí	16	2,35			646	95	18	3	680	1,18
Viana	102	15,04	25	4	533	79	18	3	678	1,17
Lúna	11	1,68			624	95	19	3	654	1,13
Venda N. Imigrante	16	2,58			590	95	15	2	621	1,08
Castelo	18	3,00	3	1	568	95	11	2	600	1,04
Ecoporanga	211	35,28	22	4	353	59	12	2	598	1,04
Ibatiba	7	1,23	1	0	545	96	17	3	570	0,99
Mimoso do Sul	108	19,08	3	1	445	79	10	2	566	0,98
Montanha	106	19,27	24	4	414	75	6	1	550	0,95
Jaguaré	152	29,51	13	3	335	65	15	3	515	0,89
São Gabriel da Palha	44	9,67	2	0	390	86	19	4	455	0,79
Afonso Cláudio	18	4,14	2	0	405	93	10	2	435	0,75
Fundão	88	21,52	7	2	306	75	8	2	409	0,71
Anchieta	10	2,58	12	3	345	89	20	5	387	0,67
Pinheiros	55	15,36			297	83	6	2	358	0,62
Santa M. de Jetibá	32	9,36	2	1	298	87	10	3	342	0,59
Santa Teresa	18	5,75	3	1	290	93	2	1	313	0,54
Marataízes	7	2,25	6	2	286	92	12	4	311	0,54
Jerônimo Monteiro	8	2,63	2	1	290	95	4	1	304	0,53
Vila Valério	253	83,77	1	0	44	15	4	1	302	0,52
Boa Esperança	66	21,93	8	3	225	75	2	1	301	0,52

Continua

Município	Habitação precária	Habitação precária %	Cômodo	Cômodo %	Ônus	Ônus %	Adensado	Adensado %	Conclusão	
									Total	Total %
Pedro Canário	31	10,33	1	0	264	88	4	1	300	0,52
Itapemirim	70	24,65	20	7	171	60	23	8	284	0,49
Marilândia	23	8,27	1	0	247	89	7	3	278	0,48
Domingos Martins	128	47,41	2	1	130	48	10	4	270	0,47
Conc. do Castelo	20	7,66	2	1	233	89	6	2	261	0,45
Mantenópolis	39	15,06	2	1	213	82	5	2	259	0,45
Bom Jesus do Norte	1	0,40			242	97	6	2	249	0,43
Conceição da Barra	35	14,06	21	8	172	69	21	8	249	0,43
Marechal Floriano	34	14,41	7	3	183	78	12	5	236	0,41
Rio Bananal	45	19,23	1	0	183	78	5	2	234	0,41
Ibiraçu	15	6,58	1	0	207	91	5	2	228	0,39
Ponto Belo	47	21,17	4	2	170	77	1	0	222	0,38
Itaguaçu	7	3,38	2	1	196	95	2	1	207	0,36
João Neiva	11	5,45	1	0	189	94	1	0	202	0,35
São José do Calçado	8	4,49	1	1	164	92	5	3	178	0,31
Piúma	39	23,08			122	72	8	5	169	0,29
Muqui	14	9,15			135	88	4	3	153	0,26
Ibitirama	0	0,00			139	95	8	5	147	0,25
Água Doce do Norte	29	20,86	3	2	107	77			139	0,24
Irupí	73	52,90			64	46	1	1	138	0,24
Alfredo Chaves	20	15,50			106	82	3	2	129	0,22
Atílio Vivacqua	8	6,35	2	2	107	85	9	7	126	0,22
Vila Pavão	5	4,00	2	2	113	90	5	4	125	0,22
Dores do Rio Preto	1	0,85			113	97	3	3	117	0,20
Apiacá	2	1,79	2	2	107	96	1	1	112	0,19
Iconha	23	20,54			85	76	4	4	112	0,19
Águia Branca	9	8,11	1	1	95	86	6	5	111	0,19
Itarana	24	22,43	1	1	80	75	2	2	107	0,19
Alto Rio Novo	19	19,59	1	1	76	78	1	1	97	0,17
Presidente Kennedy	23	23,71	21	22	46	47	7	7	97	0,17
São Roque do Canaã	4	4,26	1	1	87	93	2	2	94	0,16
Mucurici	3	3,41	8	9	75	85	2	2	88	0,15
Rio Novo do Sul	2	2,53	2	3	72	91	3	4	79	0,14
Gov. Lindenberg	20	27,03			50	68	4	5	74	0,13
Santa Leopoldina	8	10,81	4	5	60	81	2	3	74	0,13
Brejetuba	27	39,71	1	1	38	56	2	3	68	0,12
Vargem Alta	16	24,24	2	3	31	47	17	26	66	0,11
Laranja da Terra	2	3,70	5	9	44	81	3	6	54	0,09
Divino S. Lourenço	2	4,55			41	93	1	2	44	0,08
S. Domingos do Norte	0									0,00
Total	8.238	14,27	652	1	47.386	82	1.472	3	57.748	100

Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Tabela A1.2 - Número de famílias do Espírito Santo em habitação precária por tipo de precariedade

Municípios	Improvizado	Rústico	Total (Habitação Precária)
Afonso Cláudio	1	17	18
Águia Branca	2	7	9
Água Doce do Norte	10	19	29
Alegre	5	4	9
Alfredo Chaves		20	20
Alto Rio Novo	18	1	19
Anchieta	1	9	10
Apiacá		2	2
Aracruz	13	246	259
Atílio Vivacqua	5	3	8
Baixo Guandu	13	5	18
Barra de São Francisco	27	22	49
Boa Esperança	35	31	66
Bom Jesus do Norte	1		1
Brejetuba	8	19	27
Cachoeiro de Itapemirim	15	30	45
Cariacica	533	271	804
Castelo	2	16	18
Colatina	13	74	87
Conceição da Barra	1	34	35
Conceição do Castelo	8	12	20
Divino de São Lourenço	1	1	2
Domingos Martins	6	122	128
Dores do Rio Preto	1		1
Ecoporanga	190	21	211
Fundão	16	72	88
Governador Lindenberg		20	20
Guaçuí	3	13	16
Guarapari	8	51	59
Ibatiba		7	7
Ibiraçu	3	12	15
Ibitirama			0
Iconha	5	18	23
Irupi	73		73
Itaguaçu		7	7
Itapemirim	38	32	70
Itarana	2	22	24
Iúna		11	11

Continua

Municípios	Improvisado	Rústico	Conclusão
			Total (Habitação Precária)
Jaguaré	96	56	152
Jerônimo Monteiro	4	4	8
João Neiva	2	9	11
Laranja da Terra		2	2
Linhares	64	250	314
Mantenópolis	30	9	39
Marataízes	3	4	7
Marechal Floriano		34	34
Marilândia	11	12	23
Mimoso do Sul	62	46	108
Montanha	83	23	106
Mucurici		3	3
Muniz Freire	594	13	607
Muqui	3	11	14
Nova Venécia	63	56	119
Pancas	1041	5	1046
Pedro Canário		31	31
Pinheiros	25	30	55
Piúma	38	1	39
Ponto Belo	27	20	47
Presidente Kennedy	13	10	23
Rio Bananal	1	44	45
Rio Novo do Sul		2	2
Santa Leopoldina	2	6	8
Santa Maria de Jetibá	1	31	32
Santa Teresa	4	14	18
São Domingos do Norte			0
São Gabriel da Palha	26	18	44
São José do Calçado	4	4	8
São Mateus	50	105	155
São Roque do Canaã		4	4
Serra	46	221	267
Sooretama	371	24	395
Vargem Alta	1	15	16
Venda Nova do Imigrante	2	14	16
Viana	14	88	102
Vila Pavão	2	3	5
Vila Valério	214	39	253
Vila Velha	23	270	293
Vitória	1147	332	1479
Total	5124	3114	8238

Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

ANEXO 02 - Registros consistentes por município e por microrregião

Tabela A2.1 - Total de observações e percentual de observações consideradas consistentes no CadÚnico por municípios do ES

Municípios	Total de observações	Observações consistentes	
		Nº absoluto	Proporção
Afonso Cláudio	5.940	3.745	63,05%
Águia Branca	2.064	1.520	73,64%
Água Doce do Norte	3.528	1.852	52,49%
Alegre	4.221	2.521	59,73%
Alfredo Chaves	1.763	1.195	67,78%
Alto Rio Novo	1.815	1.026	56,53%
Anchieta	3.166	2.194	69,30%
Apiacá	1.926	1.199	62,25%
Aracruz	11.372	9.585	84,29%
Atílio Vivacqua	1.840	965	52,45%
Baixo Guandu	5.654	4.376	77,40%
Barra de São Francisco	9.177	6.583	71,73%
Boa Esperança	3.270	2.223	67,98%
Bom Jesus do Norte	1.543	959	62,15%
Brejetuba	1.829	1.332	72,83%
Cachoeiro de Itapemirim	17.640	9.938	56,34%
Cariacica	41.100	23.069	56,13%
Castelo	4.101	2.838	69,20%
Colatina	18.224	12.008	65,89%
Conceição da Barra	5.295	2.654	50,12%
Conceição do Castelo	1.977	1.157	58,52%
Divino de São Lourenço	915	643	70,27%
Domingos Martins	4.392	2.548	58,01%
Dores do Rio Preto	1.143	766	67,02%
Ecoporanga	6.064	3.310	54,58%
Fundão	2.896	1.701	58,74%
Governador Lindenberg	1.485	941	63,37%
Guaçuí	4.298	2.404	55,93%
Guarapari	9.466	8.059	85,14%
Ibatiba	4.180	2.886	69,04%
Ibiraçu	1.800	1.315	73,06%
Ibitirama	2.054	1.414	68,84%
Iconha	1.210	961	79,42%
Irupi	2.530	1.382	54,62%
Itaguaçu	2.707	1.846	68,19%
Itapemirim	7.266	4.077	56,11%
Itarana	1.613	1.074	66,58%
Iúna	4.263	3.192	74,88%

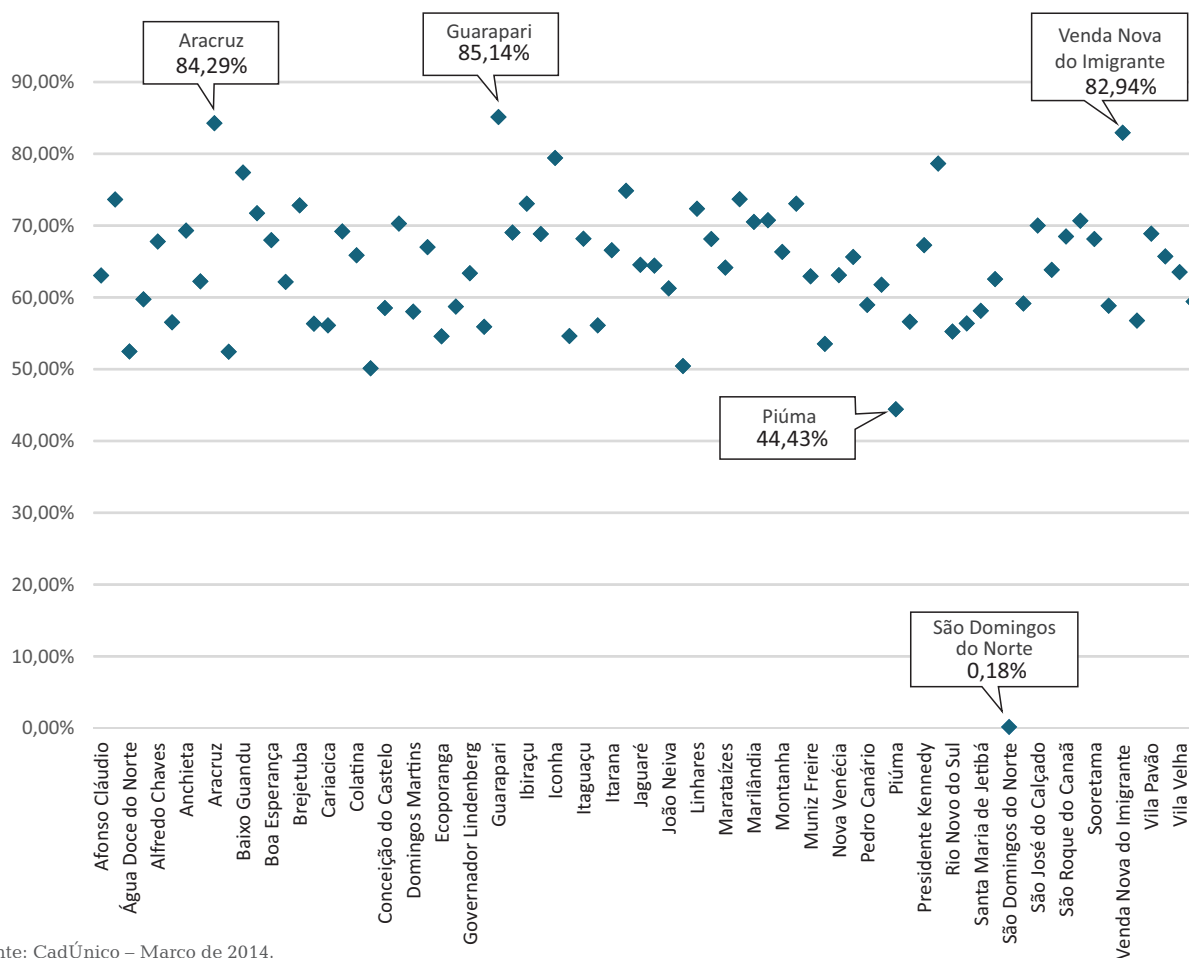
Continua

Conclusão

Municípios	Total de observações	Observações consistentes	
		Nº absoluto	Proporção
Jaguaré	4.758	3.071	64,54%
Jerônimo Monteiro	2.007	1.293	64,42%
João Neiva	2.381	1.459	61,28%
Laranja da Terra	2.238	1.129	50,45%
Linhares	18.993	13.741	72,35%
Mantenópolis	2.980	2.031	68,15%
Marataízes	4.992	3.202	64,14%
Marechal Floriano	1.509	1.112	73,69%
Marilândia	2.253	1.589	70,53%
Mimoso do Sul	5.796	4.101	70,76%
Montanha	5.626	3.732	66,33%
Mucurici	1.775	1.297	73,07%
Muniz Freire	3.484	2.193	62,94%
Muqui	2.802	1.500	53,53%
Nova Venécia	8.318	5.248	63,09%
Pancas	4.193	2.753	65,66%
Pedro Canário	4.140	2.441	58,96%
Pinheiros	6.248	3.859	61,76%
Piúma	2.084	926	44,43%
Ponto Belo	2.456	1.391	56,64%
Presidente Kennedy	2.382	1.603	67,30%
Rio Bananal	2.520	1.982	78,65%
Rio Novo do Sul	1.443	797	55,23%
Santa Leopoldina	2.539	1.432	56,40%
Santa Maria de Jetibá	4.760	2.767	58,13%
Santa Teresa	3.103	1.941	62,55%
São Domingos do Norte	1.652	3	0,18%
São Gabriel da Palha	4.533	2.682	59,17%
São José do Calçado	1.974	1.382	70,01%
São Mateus	17.826	11.379	63,83%
São Roque do Canaã	1.453	995	68,48%
Serra	46.610	32.942	70,68%
Sooretama	3.624	2.470	68,16%
Vargem Alta	2.344	1.379	58,83%
Venda Nova do Imigrante	3.288	2.727	82,94%
Viana	8.647	4.910	56,78%
Vila Pavão	2.131	1.468	68,89%
Vila Valério	2.249	1.478	65,72%
Vila Velha	33.219	21.099	63,51%
Vitória	28.026	16.660	59,44%
Total	469.083	301.622	64,30%

Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Gráfico A2.1 - Registros considerados consistentes no CadÚnico por municípios do ES



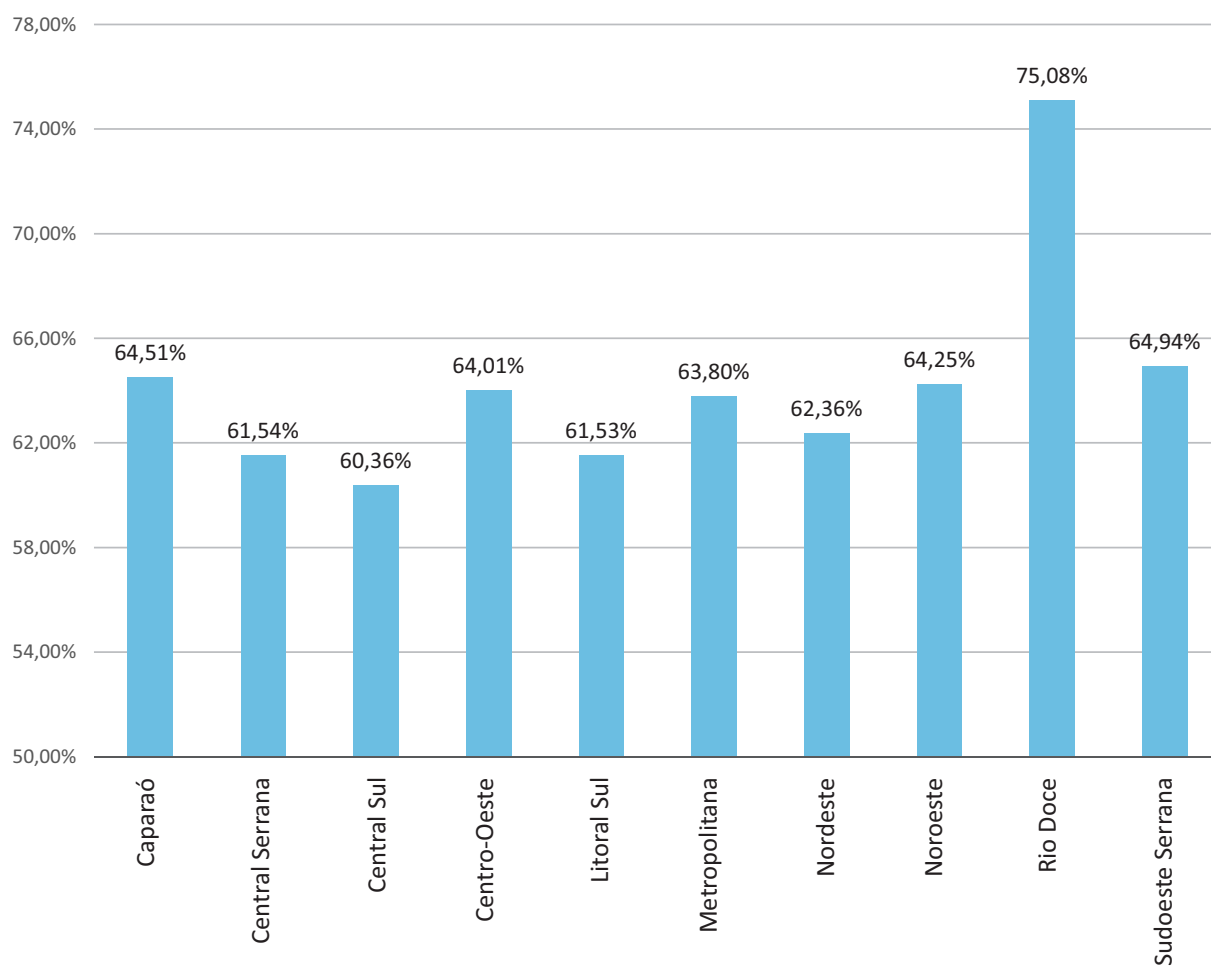
Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Tabela A2.2 - Total de registros e percentual de registros considerados consistentes no CadÚnico por microrregião do ES

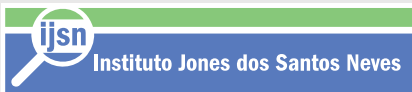
Microrregião	Total de observações	Observações consistentes	
		Nº absoluto	Proporção (%)
Caparaó	30.605	19.742	64,51
Central Serrana	14.722	9.060	61,54
Central Sul	38.456	23.213	60,36
Centro-Oeste	43.511	27.851	64,01
Litoral Sul	24.306	14.955	61,53
Metropolitana	169.964	108.440	63,80
Nordeste	51.394	32.047	62,36
Noroeste	34.262	22.012	64,25
Rio Doce	40.690	30.552	75,08
Sudoeste Serrana	21.173	13.750	64,94
Total	469.083	301.622	64,30

Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN

Gráfico A2.2 - Percentual de registros considerados consistentes no CadÚnico por microrregião do ES



Fonte: CadÚnico – Março de 2014.
Elaboração IJSN



www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

